



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 096

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 096

88ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 03

Requerimentos 12

Projetos de Lei 16

Pequeno Expediente:

Dep. Elton Welter 19

Dep. Elio Rusch 20

Dep. Tadeu Veneri 22

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Ney Leprevost 24

Antonio Belinati 25

Horário das Lideranças:

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli23

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati26

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel28

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli29

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente30

Discussão/Votação

Redação Final31

2ª Discussão31

1ª Discussão33

Requerimentos36

Encerramento da Sessão37

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça37

DIÁRIO Nº 096

88ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 88ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

18 DE AGOSTO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Enio Verri, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo

Cheida, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Reni Pereira e Teruo Kato (12).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 298/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 155/08, do Poder Executivo, por considerar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO Nº 052/08

Curitiba, em 18/08/08.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos políticos assumidos no município de Guamiranga, precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis na data de 13 de agosto do corrente ano.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

Mensagem

MENSAGEM Nº 025/08

Curitiba, 12/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel, conforme especifica.

A Ilha do Mel integra um dos mais complexos estuários da costa brasileira, coberta pela Mata Atlântica,

abrigando duas Unidades de Conservação - Estação Ecológica e Parque Estadual da Ilha do Mel. Tombada pelo Patrimônio Histórico Artístico Estadual, também abriga dois importantes monumentos históricos - Farol das Conchas e Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres

Nesse contexto de preservação ambiental e histórica, a ilha vem sofrendo grande pressão para ocupação de seu território e exploração de suas riquezas naturais, desde a década de 80. Em 1982, o estado recebeu-a em aforamento e implantou o Plano de Uso do Solo.

O sistema natural já está apresentando os impactos de uma ocupação desordenada, erosão nos caminhos, contaminação do lençol freático e degradação da paisagem natural nas áreas ocupadas. Além disso, as várias instâncias governamentais intervenientes na administração da ilha e a profusão de leis e normas, resultam em um sistema de gestão carente de aprimoramento para fazer frente aos novos desafios.

Este anteprojeto de lei visa, além da conservação e preservação dos aspectos naturais, a incorporação de instrumentos estratégicos para a gestão integrada na Ilha do Mel, que é fundamental para a garantia de seus valores ambientais, históricos e paisagísticos, propondo critérios para política, planos e ações de preservação ambiental, baseados na sustentabilidade.

Na delimitação das áreas do zoneamento, assim como na definição dos respectivos parâmetros, buscou-se uma adequação da realidade local e das normas ambientais e históricas pertinentes à ilha. Dessa forma, o zoneamento propõe, para a Ilha do Mel, oito áreas, descritas a seguir:

I. AEE - Área da Estação Ecológica, abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, instituída pelo Decreto Estadual nº 5454, de 21/09/82;

II. APE - Área do Parque Estadual, que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha, instituída pelo Decreto Estadual nº 5506, de 21/03/02;

III. AC - Área de Costa, que compreende uma faixa que contorna a ilha desde a linha de maré até 300m (trezentos metros) da costa;

IV. AR1 - Área de Reversão 1, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, que visa a fixação das comunidades tradicionais pesqueiras;

V. AR2 - Área de Reversão 2, correspondente à área ocupada na Praia Grande;

VI. ACA - Área de Controle Ambiental, que compreende as porções de terra que fazem divisa com as unidades de conservação (estação ecológica e parque estadual) nas vilas de Fortaleza, Nova Brasília e Farol; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas, a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas;

VII. AVL - Área de Vilas, abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares;

VIII. AV - Área Verde, que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetuadas as trilhas;

IX. AP - Área de Praia ou área de uso comum do povo, que compreende a faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel.

Os objetivos do Zoneamento Ambiental são, além de cumprir os objetivos da Portaria nº 160 de 15/04/82, da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda, que estabelece em seu artigo 2º, logo após autorizar a cessão dos terrenos da Ilha do Mel para o estado do Paraná, que *os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se a preservação do ambiente natural e o equilíbrio ecológico, proteção da flora e fauna e dos bens tombados; reflorestamento, bem assim, para execução de plano turístico e de urbanização*; produzir um ambiente em conformidade com as leis de proteção ao meio ambiente e preservação do patrimônio, compatibilizando a vocação conservacionista e de rara beleza paisagística da Ilha do Mel, com as atividades antrópicas já estabelecidas em seu território.

Para o uso e ocupação da Ilha do Mel, o anteprojeto de lei tem, como objetivo, realizar a regularização fundiária através da concessão de uso e adequar os lotes e edificações a novos parâmetros construtivos, definindo e estabelecendo diretrizes para as áreas de ocupação, para a população residente, para os visitantes, segundo estudos da capacidade de suporte local.

Na regularização fundiária, o Instituto Ambiental do Paraná implantará e manterá um sistema de informações georeferenciadas, com dados atualizados sobre parcelamento, uso do solo, edificações e ocupantes, para subsidiar a gestão territorial. Outra finalidade é coibir a expulsão de moradores de baixa renda das áreas consolidadas, a especulação imobiliária, e a prática de construção e uso irregular das edificações.

Sr. Presidente, entendo que, com a presente medida, direcionaremos as ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público e a sustentabilidade ambiental na Ilha do Mel.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Capítulo I

Das Características e Princípios Institucionais da Ilha do Mel

Art. 1º A Ilha do Mel, ilha costeira situada na baía de Paranaguá, município de Paranaguá bem da União, nos termos do inciso IV do artigo 20 da Constituição Federal, cedida ao estado do Paraná em 05/08/82, por meio de Contrato de Cessão, sob regime de aforamento, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 160 de 15/04/82 constitui região de especial interesse ambiental e turístico do estado do Paraná.

Parágrafo Único. Os ocupantes e foreiros de áreas regularmente cedidas pela união e que não fizeram parte da cessão, sob regime de aforamento ao estado do Paraná, levada a efeito pela Portaria nº 160, de 15/04/82, do Secretário Geral do Ministério da Fazenda, deverão observar o disposto nesta lei, salvo naquilo que disser respeito a normas sobre concessão de uso dos bens, previstas no Capítulo IX da presente lei.

Art. 2º A Ilha do Mel forma um ecossistema único e indivisível, compreendido por toda a sua extensão territorial, e nela aplica-se o princípio do desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que atende às necessidades básicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos desta lei é considerado território da Ilha do Mel toda a sua porção de terra.

Art. 3º No âmbito da competência constitucional, atribuída ao estado do Paraná, definida no artigo 24, incisos VI e VII, da Constituição Federal, competirá, ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) exercer a polícia administrativa ambiental, em todo o território da Ilha do Mel, e a gestão das áreas cedidas pela união ao estado do Paraná, implementando as medidas de controle de acesso das pessoas e de fiscalização, no atendimento das disposições da presente lei e das demais normas de preservação, conservação e proteção ambiental.

§ 1º As competências atribuídas pela presente lei ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, não afastam as atribuições conferidas pela Constituição Federal ao município de Paranaguá no território da Ilha do Mel, bem como, as competências conferidas por lei ou normas ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, Gerência Regional de Patrimônio da União - GRPU, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Ministério da Defesa - Marinha do Brasil.

§ 2º As competências relativas à regulamentação e fiscalização de uso e ocupação do solo, também conferidas ao município de Paranaguá no território da Ilha do Mel, deverão ser exercidas de forma suplementar à presente lei, observando todos os seus preceitos, por decorrência do disposto nos artigos 24, incisos VI e VII; e 30, inciso II da Constituição Federal.

§ 3º Caberá também ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT a emissão de diretrizes e exames de projetos urbanísticos e de edificações, para fins de anuência prévia, ouvidos os demais órgãos competentes, quando necessário.

§ 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná poderá, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo estadual, firmar parceria pública com o município de Paranaguá para exercerem de forma integrada as competências que lhes são conferidas pela Constituição Federal.

Art. 4º O IAP - Instituto Ambiental do Paraná, desenvolverá sua ação administrativa de modo integrado às políticas e diretrizes gerais do Governo do Estado e integrado com todas entidades públicas envolvidas na gestão da Ilha do Mel.

Parágrafo Único. Para exercer as competências que lhe são atribuídas pela presente lei, no território da Ilha do Mel, o IAP deverá criar, por meio de portaria, estrutura administrativa específica, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de publicação do presente texto legal.

Capítulo II

Da Política, Planos e Ações de Preservação Ambiental e Sustentabilidade

Art. 5º A política de preservação e proteção ambiental, turística, histórica e cultural na Ilha do Mel deve ser executada de forma planejada, integrada, permanente e compatível com a presente lei, com o plano de sustentabilidade e outras leis e regulamentos estaduais e federais aplicáveis, visando ao atendimento dos objetivos de:

I. proteger o meio ambiente e preservar os ecossistemas de forma global e coordenada;

II. assegurar a eficácia da administração da Ilha do Mel, tendo como referência o ordenamento institucional auto-sustentado, promovendo a integração e a cooperação entre o Governo Federal, Estadual e com os municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná;

III. compatibilizar a vocação conservacionista e de beleza paisagística da Ilha do Mel com as atividades antrópicas já estabelecidas em seu território;

IV. subordinar a localização e o desenvolvimento de atividades nas áreas onde a ocupação é permitida à fragilidade e importância dos compartimentos ambientais e culturais em que estão inseridos;

V. disciplinar e orientar a ocupação do solo quanto ao uso, distribuição da população, utilidade e desempenho de suas funções econômicas e sociais visando à manutenção do atual estado de ocupação humana e a integral preservação paisagística e do patrimônio ambiental e cultural da Ilha do Mel;

VI. assegurar o respeito aos limites das áreas onde a ocupação é permitida;

VII. promover o ordenamento físico-territorial das atividades fomentadoras do turismo responsável e com-

prometido com a sustentabilidade ambiental e sócio-cultural;

VIII. promover atividades econômicas sustentáveis nos períodos de baixa atividade turística, para a geração de trabalho e renda para a população residente;

IX. fomentar a implantação do saneamento ambiental nas áreas ocupadas, segundo ações integradas de coleta e tratamento de resíduos, efluentes e drenagem;

X. manter a população residente e flutuante de acordo com os parâmetros de capacidade de suporte da ilha, estabelecidos pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, controlando e disciplinando o fluxo de visitantes;

XI. coibir a especulação imobiliária considerando a propriedade pública da terra e a preponderância do seu valor primordial de uso;

XII. direcionar as ações de regulação territorial de forma a prevalecer o interesse público;

XIII. garantir o acesso da população à formulação, implementação e avaliação das políticas públicas;

XIV. desenvolver programas de educação ambiental entre residentes e visitantes;

XV. proporcionar a reintegração de posse ao IAP/ União, dos imóveis cujo uso foi concedido a terceiros, no caso de descumprimento dos dispositivos desta lei e demais legislações ambientais aplicáveis;

XVI. desenvolver projeto de gerenciamento para as áreas de interesse turístico, submetendo-os, a prévia e expressa aprovação da união, quando abrangerem áreas não cedidas ao estado do Paraná sob regime de aforamento.

Art. 6º As ações de preservação e conservação do meio ambiente da Ilha do Mel, promovidas pelo Poder Público ou por entidades privadas, deverão estar integradas entre si, na forma prevista na presente lei e no plano de sustentabilidade, sendo supervisionadas pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná em permanente articulação com os órgãos municipais, estaduais e federais de proteção ambiental, histórica, natural e cultural, observadas as normas e diretrizes da legislação estadual e federal aplicável.

Capítulo III

Do Zoneamento Ambiental da Ilha do Mel

Art. 7º Fica instituído o zoneamento ambiental do uso do solo na Ilha do Mel, composto por nove zonas a seguir descritas e mapa constante no anexo desta lei:

I. AEE - Área da Estação Ecológica, abrangendo toda a planície norte da ilha até o limite das vilas de Nova Brasília e da Fortaleza, instituída pelo Decreto Estadual nº 5454, de 21/09/82, cujos objetivos estão definidos no artigo 9º da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

II. APE - Área do Parque Estadual, que compreende a porção sul da ilha, entre os limites das vilas de Encantadas e Farol, correspondendo a uma área de 337,87ha, instituída pelo Decreto Estadual nº 5506, de

22/03/02, cujos objetivos estão definidos no artigo 11 da Lei Federal nº 9985, de 18/07/00.

III. AC - Área de Costa, compreende uma faixa que contorna a ilha desde a praia até 300m (trezentos metros) mar adentro; a área denominada Saco do Limoeiro e a área do istmo com a finalidade de:

- a) proteger a paisagem tombada da Ilha do Mel;
- b) proibir quaisquer construções, salvo, aquelas julgadas necessárias, as quais deverão ter licenciamento do IAP e autorização pela união, bem como anuência prévia do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT e quando couber dos demais órgãos envolvidos na gestão da Ilha do Mel;

b) proteger os ecossistemas ambientais subaquáticos.

IV. AOPT - Área de Ocupação de População Tradicional Local, correspondente a uma área de aproximadamente 1,6 hectares, situada na vila da Ponta Oeste, tendo como objetivos:

- a) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo quaisquer construções adicionais na região;
- b) proibir qualquer tipo de ocupação e edificação que não tenha relação com os usos, costumes e tradições da população local;
- c) preservar a fauna e a flora;
- d) promover a manutenção da beleza cênica da ilha;

e) não reconhecimento de nenhum direito individual de uso.

V. AR - Área de Reversão, correspondente à área ocupada na Praia Grande, tendo como objetivos:

- a) servir de área de transição para a unidade de conservação;
- b) barrar o avanço da ocupação antrópica, proibindo qualquer nova concessão de uso, edificação ou ampliação na região;
- c) proibir o parcelamento da área;
- d) proibir novas ocupações e construções;
- e) preservar a fauna e a flora;
- f) manter a beleza cênica da ilha, em especial da integridade do conjunto com "mar de fora";
- g) o direito eventual de uso se extingue com a saída da ocupação, depois de decorridos 12 (doze) meses.

VI. ACA - Área de Controle Ambiental, que compreende as porções de terra que fazem divisa com as unidades de conservação (Estação Ecológica e Parque Estadual) nas vilas de Fortaleza, Nova Brasília e Farol; as faixas de preservação permanente ao longo das margens dos rios nas respectivas vilas; a área assoreada na vila do Farol e o morro do Farol das Conchas, tendo por escopo:

- a) proibir qualquer forma de construção na área;
- b) permitir, apenas, a circulação de pedestres em locais delimitados por trilhas;
- c) proibir o parcelamento da área;
- d) preservar a fauna e a flora;
- e) promover a manutenção da beleza cênica da ilha.

VII. AVL - Área de Vilas, abrangendo as áreas ocupadas de Fortaleza, Nova Brasília, Farol e Encantadas, numa extensão de 58,17 hectares, com o objetivo de:

a) permitir a ocupação da área de acordo com os parâmetros construtivos baseados em ecotecnologias e bioarquitetura, estabelecidos nesta lei de modo a preservar a qualidade ambiental e paisagística dessa região;

b) adotar e difundir o saneamento ambiental e energias alternativas;

c) as construções, edificações e ocupações realizadas em contrariedade as normas vigentes à época, especialmente o Decreto 3502/97 e Decreto 2722/84, deverão ser demolidas, excetuando-se aquelas que atenderem a presente lei;

d) assegurar a distribuição igualitária e suficiente da infra-estrutura.

e) proibir o parcelamento das áreas.

VIII. AV - Área Verde, que engloba todas as áreas de uso público localizadas em quaisquer das vilas da Ilha do Mel, tais como: largos, praças e todas as porções de terra que não configurem ocupações, do que estão excetuadas as trilhas, conforme apresentado no mapa de zoneamento, tendo por finalidade:

a) readequar as áreas verdes e espaços públicos, melhorando sua utilização pelos habitantes e visitantes da ilha;

b) assegurar usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental;

c) recuperar áreas verdes degradadas, de importância paisagístico-ambiental;

d) disciplinar o uso das praças e largos para atividades culturais, esportivas, e outras, de interesse público e turístico, compatibilizando-as com destinação específica a esses espaços;

IX. AP - Área de Praia, faixa de areia de todas as praias da Ilha do Mel, cujos objetivos são:

a) assegurar o acesso de todos a estas áreas;

b) proibir a construção, permanente ou temporária, de qualquer forma de edificação, salvo aquelas de necessidade e/ou utilidade pública, com anuência do IAP e autorização da união e quando couber, dos demais órgãos competentes da gestão da Ilha do Mel;

§ 1º A AEE - Área da Estação Ecológica e a APE - Área do Parque Estadual deverão ter Plano de Manejo específico, de acordo com a Lei Federal nº 9985, de 18/07/00, no prazo de 12 (doze) meses a partir da publicação desta lei.

§ 2º O caráter de área ou local de maior restrição estabelecido pelo Decreto 2722/84 será exercido de acordo com esta lei e demais legislações pertinentes.

Art. 8º Não será mais permitida qualquer modalidade de parcelamento do solo da Ilha do Mel nem mesmo o desmembramento ou divisão dos lotes existentes, salvo os casos de utilidade pública observando sempre o limite desta lei.

Capítulo IV

Da Realocação dos Moradores da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local

Art. 9º O IAP deverá fiscalizar e zelar pela preservação da flora e fauna das unidades de conservação da Ilha do Mel incentivando a relocação dos ocupantes da Estação Ecológica e do Parque Estadual e proibindo qualquer nova ocupação na área de reversão e área de ocupação de população tradicional local.

Parágrafo Único. Os planos de manejo das unidades de conservação, referidas, deverão contemplar formas de proteção que envolva os atuais ocupantes em programas de educação ambiental e auxílio na fiscalização da manutenção e integridade das unidades.

Art. 10. Terão direito a relocação e à outorga de concessão de uso em outro terreno da Ilha do Mel os ocupantes que assim o desejarem:

I - Área de Reversão - AR, que constem do levantamento do IAP realizado no ano de 1998;

II - Área de Ocupação de População Tradicional Local - AOPT, que constem do levantamento elaborado pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) no ano de 2001.

Parágrafo Único. Os terrenos destinados a relocação de famílias terão a dimensão do lote mínimo estabelecida pela presente lei, independentemente da área ocupada nas áreas de reversão.

Art. 11. A SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, fica autorizada a regulamentar, por meio de resolução, incentivos ou restrições para a relocação voluntária dos ocupantes da Área de Reversão e Área de Ocupação de População Tradicional Local, como a isenção da taxa de concessão de uso na área relocada.

Parágrafo Único. Os incentivos referidos no *caput* deste artigo terão validade por 3 (três) anos, contados a partir da publicação desta lei.

Capítulo V

Da Proteção Estética, Paisagística e Histórica da Ilha do Mel

Art. 12. Para proteger a paisagem, os monumentos e locais dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social, incumbe a SEMA, por meio de resolução conjunta com o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, Secretaria de Estado da Cultura - SEEC e Conselho de Desenvolvimento do Litoral - COLIT, adotarem medidas visando a:

I - preservar e recuperar os recantos naturais de beleza paisagística e finalidade turística, mantendo sempre a vegetação que caracteriza a flora natural da região;

II - proteger as áreas verdes existentes na Ilha do Mel; preservar a vegetação nativa e incentivar o reflorestamento de vegetação nativa;

III - preservar a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas, o Farolete da Galheta, a Gruta das Encantadas e as áreas e logradouros públicos da Ilha do Mel que, pelo estilo ou caráter histórico, sejam tombados, assim como quaisquer outros que julgar convenientes ao embelezamento e estética da Ilha do Mel ou, ainda, relacionados com sua tradição histórica, folclórica e natural;

IV - fiscalizar o cumprimento de normas relativas à proteção da beleza paisagística da Ilha do Mel.

§ 1º O manejo da vegetação exótica não está submetido à presente lei, ficando a cargo do proprietário ou responsável.

§ 2º As medidas a serem adotadas por meio de Portaria, citada no *caput* deste artigo, quando envolveram a Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres, o Farol das Conchas e o Farolete da Galheta, deverão, necessariamente, anteceder de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Ministério da Defesa - Marinha do Brasil, Capitania dos Portos do Paraná e Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, conforme suas competências e jurisdição.

Capítulo VI

Dos Parâmetros Construtivos

Seção I

Disposições Gerais

Art. 13. Os critérios definidos nesta lei e no plano de sustentabilidade para a ocupação de áreas e terrenos, que têm por objetivo estabelecer e regulamentar a edificação e o uso do solo, terão aplicabilidade em todas as áreas e terrenos existentes na Ilha do Mel, seja ele do IAP, da SPU ou de terceiros, sob regime de aforamento, concessão de uso ou ocupação, regular ou não.

Art. 14. As obras realizadas na Ilha do Mel serão indetificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição, de iniciativa pública ou privada, podendo somente ser executadas após concessão de autorização ou licença ambiental pelo IAP e emissão de alvará pelo município de Paranaguá, com anuência prévia do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Paraná - COLIT, na forma prevista por esta lei e mediante responsabilização por profissional legalmente habilitado nos casos necessários e outros documentos legalmente exigíveis conforme cada caso.

Parágrafo Único. As obras em imóveis cadastrados na Secretaria do Patrimônio da União deverão ter anuência da Gerência do Patrimônio da União no Estado do Paraná.

Art. 15. Os parâmetros referidos neste capítulo referem-se unicamente aos lotes localizados nas Áreas de

Vila e ocupações permitidas.

Seção II

Taxa de ocupação e taxa de utilização

Art. 16. A taxa de ocupação, correspondente ao percentual máximo de área do terreno destinada para construções na planta baixa, será de 38% da área total dos terrenos, até o limite de 500m².

Art. 17. A taxa de utilização, que indica a relação entre a área sem vegetação e a área do lote, será no máximo 50%, de modo que o concessionário poderá, respeitada a vegetação nativa existente, utilizar metade da área do lote, mantendo o restante da área do lote com vegetação, na forma das disposições do plano de sustentabilidade.

Seção III

Altura das edificações

Art. 18. A altura máxima permitida das edificações será de 5,9m (cinco metros e noventa centímetros), medidos a partir do nível do solo até a cumeeira.

§ 1º Será permitido o aproveitamento do ático, desde que seja respeitada a altura máxima e que o segundo pavimento ocupe, no máximo, uma área correspondente a 60% do primeiro pavimento.

§ 2º Não serão permitidas construções que possuam apenas a laje de cobertura.

Seção IV

Afastamentos

Art. 19. Os afastamentos mínimos das edificações, em relação à divisa dos lotes, serão os seguintes:

I - nas edificações de beira-mar, 7,0m (sete metros) de afastamento frontal, 2,0m (dois metros) até a divisa entre lotes, na lateral e nos fundos.

II - nas demais edificações, 5,0m (cinco metros) de afastamento frontal, 5,0m (cinco metros) entre lote e trilha, 2,0m (dois metros) na divisa entre lotes e 3,0m (três metros) entre lote e divisa vegetada.

§ 1º Com exceção das edificações de beira mar, os concessionários de terrenos com área inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados), devidamente aprovados e regularizados documentalmente pelo IAP, bem como, os ocupantes ou foreiros, regularmente cadastrados junto a SPU, que não puderem respeitar os afastamentos estabelecidos, serão orientados a adotar um espaçamento mínimo proporcional de até 3,0m (três metros) de afastamento frontal e 2,0m (dois metros) de fundos e nas laterais.

§ 2º Nos afastamentos frontais e de fundos deverá, obrigatoriamente, ser mantidas a vegetação arbórea original, e os espaços sem cobertura vegetal deverão ser recuperados com espécies nativas, de acordo com as recomendações do plano de sustentabilidade.

Seção V

Dos materiais

Art. 20. Buscando a homogeneização da paisagem e a conservação do solo, somente será permitida a utilização de materiais naturais, a exemplo de madeira de reflorestamento, de painel composto de fibra vegetal, madeiras com certificação de origem e MDF, sendo também autorizado o uso de elementos vazados e materiais de elevada permeabilidade visual, desde que não prejudique a fauna.

§ 1º Nas áreas de cozinha, banheiro e lavanderia serão permitidos o uso de alvenaria de tijolos, desde que os rejeitos de material de construção não propiciem a degradação ambiental e/ou paisagística do local, sendo também permitida a utilização de materiais pré-fabricados, com reduzida quantidade de sobras.

§ 2º Para proteger os materiais naturais das intempéries será permitida a construção de parede em alvenaria com até 0,80m (oitenta centímetros) de altura, contados a partir do nível do terreno.

§ 3º Os terrenos que possuírem deck deverão construí-lo de forma removível para a limpeza de resíduos.

Art. 21. Os resíduos sólidos de obras que não forem reutilizáveis deverão, obrigatoriamente, retornar ao continente e serão de responsabilidade de cada concessionário.

Seção VI

Das cercas e divisas

Art. 22. Os materiais a serem utilizados nas cercas dos lotes serão definidos no plano de sustentabilidade.

Art. 23. É proibida a utilização de muros de arrimo, sob pena de demolição, salvo em casos emergenciais e para prevenir situações de calamidade pública e que tenham acompanhamento do órgão estadual responsável pela gestão ambiental da Ilha do Mel.

Art. 24. As divisas situadas nos cruzamentos de trilhas (terrenos de esquina) serão projetadas de modo que os dois alinhamentos sejam concordados por um chanfro de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 25. Não será permitida, em hipótese nenhuma, a construção da edificação no alinhamento e divisas do terreno, sob pena de demolição.

Capítulo VII

Do Licenciamento para Execução de Obras

Art. 26. Dependerão obrigatoriamente de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental concedidas pelo órgão estadual competente pela gestão ambiental, observada às normativas legais vigentes, a execução, na porção de terra da Ilha do Mel, as seguintes obras:

I - construção de novas edificações residenciais ou comerciais;

II - reformas e/ou ampliações que determinem acréscimo na área construída do imóvel ou que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III - demolições que afetem os elementos construtivos e estruturais e interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

§ 1º Para a concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental visando execução de obras na porção de terra da Ilha do Mel o IAP deverá observar:

I - o atendimento de parâmetros estabelecidos para as zonas ambientais definidas pela presente lei;

II - a proteção estética;

III - a conservação ambiental, paisagística, monumental, histórica e cultural;

§ 2º A concessão de licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental pelo órgão estadual competente pelo licenciamento ambiental não exclui a necessidade de outras licenças ou anuências municipais, estaduais ou federais quando legalmente exigidas.

Art. 27. O licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras serão concedidas mediante requerimento dirigido ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em lei ou regulamento.

§ 1º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, por meio de portaria, os procedimentos administrativos necessários a serem apresentados, visando à obtenção do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras na Ilha do Mel.

§ 2º No caso específico de edificações de interesse social unifamiliares, com área de até 70,00m², por lote, construídas sob regime de mutirão ou pelo próprio interessado, não pertencentes a nenhum programa habitacional e cujo concessionário não possua outros imóveis, deverá apresentar ao IAP um desenho esquemático, representativo da construção, contendo as informações previstas em portaria.

§ 3º O prazo máximo para o Instituto Ambiental do Paraná - IAP responder ao requerimento de concessão de autorização/licenciamento ambiental para execução de obra é de 30 dias a partir da data de protocolo do projeto no órgão.

§ 4º A concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras em imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do ocupante, em caso de descumprimento.

Art. 28. A autorização ambiental para execução de obras de construção terá prazo de validade igual a 1 (um)

ano, podendo ser renovada pelo mesmo prazo e por uma única vez, mediante solicitação do interessado, desde que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, de acordo com a regulamentação específica.

§ 1º Decorrido o prazo sem que estejam concluídos os trabalhos de fundação e saneamento básico, considerar-se-á automaticamente revogada a autorização ambiental.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP poderá conceder a autorização ambiental para execução de obras por prazo superior ao estabelecido no *caput* deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade, por meio de cronogramas devidamente avaliados.

Art. 29. Sem o prévio consentimento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, é vedada qualquer alteração no projeto arquitetônico apresentado para concessão do licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obra, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de embargo da obra e demolição dos elementos não-aprovados, além de outras penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo Único. A execução dos elementos alterados, em projetos já autorizados, somente poderá ser iniciada após concessão de novo licenciamento ambiental e/ou autorização ambiental para execução de obras, na qual serão apreciados os elementos alterados.

Art. 30. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP disponibilizará aos moradores todas as informações legais em relação às obras a serem realizadas.

Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, desde que justificada a sua plena necessidade e aprovadas pelos órgãos competentes.

Capítulo VIII

Da População e do Controle de Acesso de Pessoas à Ilha do Mel

Art. 32. Em razão dos valores ambientais e de paisagem da Ilha do Mel, das limitações de sua superfície e da disponibilidade dos serviços de infra-estrutura fica estabelecido o limite máximo de 5.000 (cinco mil) visitantes à ilha, para que todos possam permanecer em condições adequadas de segurança e conforto.

Parágrafo Único. O limite referido no *caput* deste artigo é aquele que atende satisfatória e simultaneamente a capacidade de suporte ambiental e complementarmente à disponibilidade de habitações, recursos hídricos, energéticos e abastecimento alimentar, podendo ser diminuído, temporariamente, por portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, por motivo de força maior ou quando verificadas variações nas condições climáticas que pos-

sam comprometer a segurança e o bem-estar dos habitantes e/ou a preservação do meio ambiente.

Art. 33. O IAP estabelecerá as regras sobre o tempo máximo de permanência na Ilha do Mel. Os mecanismos e procedimentos de controle de acesso dos visitantes à Ilha do Mel serão realizados por meio das operações de embarque e desembarque de pessoas nos terminais.

§ 1º O período previsto de permanência na Ilha do Mel, de visitantes e particulares prestadores de serviço, deve ser informado à fiscalização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP no momento do desembarque com apresentação do comprovante de pagamento da taxa de permanência respectiva, bem como o local reservado para hospedagem.

§ 2º É vedado aos residentes da Ilha do Mel hospedar visitantes mediante estada remunerada, com desvio da finalidade residencial da moradia, sem o devido cadastramento de hospedagem junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

§ 3º É vedado aos não domiciliados hospedar visitantes, mediante estada remunerada, sob pena de cancelamento da concessão de uso.

Art. 34. A fixação de residência permanente, de qualquer pessoa, no território da ilha, dependerá de autorização e/ou concessão de uso, quando couber, do IAP ou dos demais órgãos competentes na gestão da Ilha do Mel, observada as normas constantes da presente lei e demais regulamentos aplicáveis.

Capítulo IX

Da Concessão de Uso

Art. 35. O órgão estadual competente para regularização fundiária fica autorizado a outorgar concessão de uso, a particulares, de terrenos aforados ao estado do Paraná localizados nas Áreas de Vila nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28/02/67 e da legislação aplicável, para fins específicos de regularização fundiária ou outra utilização de interesse social.

§ 1º Entende-se por concessão de uso a outorga remunerada do direito de uso de imóveis na Ilha do Mel na forma do disposto na presente lei.

§ 2º A preferência na concessão de uso será assegurada, independente de licitação, aos que estavam em pleno exercício de posse contínua para fins veraneio ou moradia, ainda que combinado com outro uso comercial e/ou de prestação de serviços:

I - conforme levantamento ocupacional/cadastral realizado pelo IAP, em 1998, para as Áreas de Vila;

II - conforme levantamento ocupacional/cadastral realizado pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEEC), em 2001.

Art. 36. Do Título de Concessão de Uso constarão, obrigatoriamente, as seguintes condições resolutivas:

I - intransferibilidade do todo ou de parte da concessão de uso, por ato *inter vivos*;

II - a conservação da cobertura vegetal existente nos terrenos nos termos desta lei;

III - o pagamento das taxas e emolumentos decorrentes da concessão;

IV - cumprimento da presente lei.

§ 1º Comprovada a transferência da concessão de uso por ato *inter vivos*, sob qualquer modalidade, será cancelado o título de concessão de uso referente ao imóvel, independentemente de qualquer indenização sobre a concessão e as benfeitorias existentes.

§ 2º O Instituto Ambiental do Paraná - IAP não anuirá a nenhuma transferência da concessão de uso por ato *inter vivos* em nenhuma área da Ilha do Mel.

Art. 37. É assegurado, aos herdeiros legítimos e testamentários do concessionário, inclusive nas áreas de reversão, o direito de sucessão *causa mortis* do título de concessão de uso, desde que recolhida à taxa de transferência respectiva, instituída na presente lei.

Art. 38. A remuneração pela concessão de uso de terreno na Ilha do Mel será fixada em:

2% (dois por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão residencial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo;

3% (três por cento) do valor do terreno, ao ano, para concessão comercial, pagável à vista ou em 7 (sete) parcelas mensais, no máximo.

§ 1º O valor de avaliação do metro quadrado será aquele adotado pela Secretaria de Patrimônio da União, atualizado anualmente.

§ 2º O IAP concederá isenção da remuneração pela concessão de uso aos ocupantes da Área de Vila que preencherem os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1876, de 15/07/81, com nova redação dada pela Lei nº 11481, de 31/05/07.

§ 3º O IAP poderá conceder desconto no valor da remuneração pela concessão de uso, com o objetivo de incentivar a manutenção da cobertura vegetal original nos terrenos com área superior a 500m² (quinhentos metros quadrados), conforme regulamentação em portaria do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

§ 4º A receita auferida pela remuneração da concessão de uso e demais taxas instituídas pela presente lei será utilizada, integralmente, para custear investimentos em infra-estrutura, implementação do plano de sustentabilidade e despesas de administração, fiscalização e demais atribuições do Instituto Ambiental do Paraná - IAP na Ilha do Mel, e deverão ser depositados em conta corrente específica.

Art. 39. Somente poderão ser objeto de concessão de uso os terrenos cedidos, sob o regime de aforamento,

ao estado do Paraná, efetivamente ocupados, com área mínima de 500m² (quinhentos metros quadrados), que tenham testada mínima de 12m (doze metros).

§ 1º Os ocupantes cadastrados pelo IAP, bem como, os concessionários regularizados perante o IAP anteriormente à publicação da presente lei, terão garantido o direito à outorga e/ou à renovação da concessão de uso, ainda que a área que ocupem seja inferior a 500m² (quinhentos metros quadrados).

§ 2º Os terrenos incluídos na cessão, sob o regime de aforamento, feita pela união federal ao estado do Paraná, que, até a data de publicação da presente lei, comprovadamente utilizem e mantenham área superior àquela estabelecida nos documentos de concessão, poderão, a critério do IAP, e desde que atendido o plano de sustentabilidade, continuar sendo utilizados a título de “área verde” ou de preservação, desde que não apresentem riscos ambientais e à paisagem, ou prejudiquem o fluxo de pedestres e a continuidade das trilhas.

Art. 40. Quaisquer construções ou benfeitorias executadas nos lotes, objetos da concessão, deverão obedecer aos parâmetros previstos nesta lei.

Parágrafo Único. As concessões de uso de terrenos cuja edificação não obedecer às disposições da presente lei, do plano de sustentabilidade, e/ou de decretos regulamentares, somente serão outorgadas após a sua regularização.

Art. 41. A utilização do imóvel para finalidade diversa daquela prevista no Título de Concessão de Uso e/ou o não-pagamento, pelo período de dois anos, das taxas e emolumentos decorrentes da concessão acarretam, automaticamente, na rescisão do Título de Concessão de Uso, passando este ao estado, sem direito à indenização por benfeitorias, mediante aviso prévio.

Art. 42. A outorga da concessão de uso processar-se-á da seguinte forma:

I - requerimento devidamente instruído do interessado;

II - realização de vistoria no imóvel, pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP e/ou pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, com a necessária emissão de parecer técnico pautado no plano de sustentabilidade e nos parâmetros da presente lei;

III - elaboração de planta da situação, planta do imóvel e memorial descritivo, como procedimento complementar ao parecer técnico do Instituto Ambiental do Paraná - IAP ou Instituto de Terras, Cartografia e Geociências - ITCG, a que se refere o inciso anterior.

IV - Assinatura do Título de Concessão de Uso.

Parágrafo Único. Não serão aceitos requerimentos de concessão de uso em imóveis já cadastrados com ocupantes ou foreiros na Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 43. O órgão estadual competente para regularização fundiária, manterá cadastro de todas as concessões de uso, em registro próprio, com as anotações que se fizerem necessárias.

Art. 44. As áreas, objetos de concessão de uso, não poderão ter sua destinação alterada sem prévia e expressa anuência do órgão estadual competente para regularização fundiária e do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT, sob pena de revogação do Título de Concessão de Uso.

Art. 45. O órgão estadual competente para regularização fundiária, por razões de interesse e/ou utilidade pública ou, ainda, por razões de proteção ambiental, poderá revogar unilateralmente o título de concessão de uso, indenizando o concessionário pelas acessões e benfeitorias realizadas no imóvel.

Art. 46. As obrigações previstas neste capítulo não exoneram os titulares beneficiários da concessão de uso das demais obrigações junto à administração pública federal, estadual e municipal, definidas na legislação pertinente.

Capítulo X

Das Taxas

Art. 47. Fica instituída a taxa de transferência de concessão de uso, por ato de sucessão *causa mortis*, para os terrenos aforados ao estado do Paraná, sob administração do IAP, em valor correspondente ao laudêmio cobrado pela união na Ilha do Mel.

Parágrafo Único. A taxa de transferência corresponderá a 5% do valor do imóvel, incluindo a benfeitoria, utilizando o valor do metro quadrado instituído para a ilha, adotado pela SPU e atualizado anualmente.

Art. 48. O sucessor legal terá 60 (sessenta) dias para realizar a solicitação de transferência da concessão de uso.

§ 1º Para os concessionários que não realizarem a solicitação de transferência no prazo estabelecido, será aplicada uma multa correspondente ao valor do imóvel, compreendendo o terreno mais as benfeitorias, multiplicado por 0,0005 (cinco décimos de milésimo) e pelo número de meses transcorridos desde a data do óbito até a data de comunicação ou conhecimento do estado.

§ 2º Decorridos 180 (cento e oitenta) decairá o sucessor legal do direito de sucessão na concessão de uso, retornando o lote ao Estado sem direito a nenhuma indenização, nem mesmo das benfeitorias existentes.

Art. 49. Objetivando a sustentabilidade e o exercício da fiscalização ambiental na Ilha do Mel, fica ins-

tituída a taxa ambiental de permanência, que será cobrada dos visitantes, em valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Unidade-Padrão Fiscal do Paraná (UPF/PR) por pessoa e por dia de permanência.

§ 1º São considerados visitantes todas as pessoas que não forem cadastrados pelo IAP como residentes, permanentes ou temporários, na Ilha do Mel.

§ 2º As normas para cadastramento e cobrança serão regulamentadas pelo IAP, através de portaria específica.

Capítulo XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 50. No prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da vigência desta lei, o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, deverá apresentar devidamente estruturado, implantado e regulamentado o plano de sustentabilidade da Ilha do Mel.

Parágrafo Único. O plano de sustentabilidade deverá ser elaborado com ampla participação da comunidade residente na Ilha do Mel, e deverá incorporar as diretrizes do plano diretor de Paranaguá, sendo consideradas as diretrizes de uso e ocupação de solo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT e ouvido demais órgãos/entidades com competências legais na gestão da Ilha do Mel.

Art. 51. O Instituto Ambiental do Paraná - IAP regulamentará, no prazo de cento e oitenta (180) dias, por meio de portaria, o sistema de controle de acesso à Ilha do Mel, nos termos desta lei.

Art. 52. O plano de sustentabilidade da Ilha do Mel deverá ser revisto, no máximo, a cada 10 anos, concomitantemente à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paranaguá.

Art. 53. Os pedidos de anuências do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral - COLIT e da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, de que trata esta lei deverão ser analisados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem considerados anuídos de forma automática.

Parágrafo Único. O prazo acima estipulado poderá ser estendido nos casos em que houver a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT e aceita pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e justificativa técnica apresentada pela curadoria da Secretaria de Estado da Cultura - SEEC e aceita pelo Secretário de Estado da Cultura.

Art. 54. Ficam aprovadas as áreas definidas pelo Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel, no mapa anexo à presente, para todos os efeitos previstos nesta lei.

Art. 55. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2135

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 325/08, item 07 da Ordem do Dia desta data, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 13 e na Sessão antecipada do dia 14, ocorrida na tarde de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a reunião na condição de Presidente da Comissão de Saúde, com médicos do HC.

REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 12/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência na sessão em virtude de compromisso com o setor de oncologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO Nº 2106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João de Deus Matias, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdenir Diniz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sergio Luiz Prado Tavares, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luiza Vogler Arruda, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Constantina Szelusniak, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Bernadete Salamucha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Osires Piontek, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eva de Lima Vibly, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Tereza Chicorski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Rosa Pires Alves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estefano Iskalinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Padre Ezequiel Belchior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Edite da Luz Scheiffer, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dario Almeida, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Antonia Anadir Camargo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Janete Gonçalves Penteado, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leocadia Dubiel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lucia Grochowski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ezequiel da Rocha, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Anor Chierosin, ocorrido no dia 13 do corrente mês.

Requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a atleta Mieko Oikawa, pela conquista do 1º lugar no salto em distância, com a marca de 5,24m; 3º lugar nos 100m rasos e 1º lugar no revezamento 4x100m no Campeonato Panamericano de Atletismo Nikkei.

Mieko Oikawa, reside em Curitiba e merece os mais sinceros cumprimentos pelo sucesso da sua participação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a Sra. Maria Iracelina de Araújo, pela sua eleição à Presidente da Sociedade Rural de Maringá.

Maria Iracelina, será a primeira mulher a dirigir a Sociedade Rural de Maringá, e ganhou o direito de estar à frente da entidade pelos próximos dois anos ao ser eleita com 179 votos, alcançando 2/3 dos votos dos associados de Maringá e região.

A Presidente eleita tem especialização em agonegócios e faz parte do Núcleo de Criadores de Nelore.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações para a atleta Amanda Fujikawa, pela conquista do 1º lugar no salto em altura, estabelecendo novo recorde (1,56m) no Campeonato Parapanamericano de Atletismo Nikkei.

Amanda Fujikawa, reside em Assai e merece os mais sinceros cumprimentos pelo sucesso da sua participação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. Fernando Francischini, pelo evento promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Fernando Francischini - Secretaria Especial Anti-Drogas - se destaca pela sua competência, seriedade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. Paulo Freitas pelo evento promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Paulo Freitas - Liqüê - se destaca pela sua competência, seriedade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. Frederico Galiotto pelo evento

promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Frederico Galiotto - Liqüê - se destaca pela sua competência, seriedade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. João Guilherme Leprevost pelo evento promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. João Guilherme Leprevost - CWB Eventos - se destaca pela sua competência, seriedade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2133

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. Leandro Jabur pelo evento promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Leandro Jabur - Liqüê - se destaca pela sua competência, serie-

dade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação ao Sr. Edoardo Canet Krause pelo evento promovido no Embratel Convention Center - Curitiba/PR, neste domingo 10/08/08.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que o Sr. Edoardo Canet Krause - Líqüe - se destaca pela sua competência, seriedade de atuação e ainda vem fazendo um ótimo trabalho quanto à segurança e organização dos eventos, principalmente dando maior importância ao cuidado com a entrada de drogas, menores e pessoas portando armas ou objetos que possam provocar brigas e dissentimentos ainda maiores no decorrer dos eventos.

Ressalta ainda um destaque maior para o último evento ocorrido domingo - 10/08/08 no Embratel Convention Center - onde a segurança, estrutura e organização do evento estavam excelentes e parabeniza-o pela eficiência de seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Instituto Lico Kaesemodel.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Instituto Lico Kaesemodel que realiza diversas ações em benefício de instituições carentes, doando alimentos, medicamentos, utensílios domésticos, material de construção, entre outras necessidades.

Em busca de uma sociedade mais justa, o Instituto procura atender também, pacientes e seus familiares, que vêm de outras localidades em busca de tratamento de saúde em Curitiba.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 350/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, com sede e foro no município de Wenceslau Braz, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, possui uma Rádio Educadora AM de Wenceslau Braz, que desde o ano de 2007, serve a comunidade Brazense e da região com inserção de serviços de utilidade pública.

É sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa, através da divulgação escrita, falada e televisionada, excluindo qualquer intuito lucrativo, os departamentos: jornalísticos, radiodifusão, agências noticiosas e similares.

A Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme comprova-se com os documentos anexados.

A Fundação Educacional Dom Pedro Felipak, possui personalidade jurídica, com Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Wenceslau Braz no estado do Paraná.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 351/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ao contratante de serviço clandestino de vigilância patrimonial e de proteção de clientes, bem como ao contratante de trabalhador para exercer atividades de vigilância sem habilitação legal, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

I - multa no valor de 450 UFIR (quatrocentos e cinquenta Unidades Fiscais) por funcionário contratado;

II - cassação do alvará de funcionamento, no caso de pessoa jurídica.

Parágrafo Único. Considera-se serviço clandestino

de vigilância patrimonial e de proteção de clientes aquele feito em desacordo com a Lei nº 7102, de 20/06/83, segundo a qual o profissional contratado deve ter preparo e treinamento para agir de forma adequada em situação de risco.

Art. 2º A fiscalização do cumprimento desta lei e a aplicação das penalidades de que trata o artigo 1º competem ao órgão responsável pela concessão do alvará de funcionamento.

Parágrafo Único. No caso de denúncia do descumprimento desta lei, o órgão responsável deve apurá-la no prazo máximo de cinco dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os sistemas de segurança privada têm se tornado a opção preferencial para a proteção pessoal e patrimonial. Autarquias e estatais são clientes da iniciativa privada. A prevenção, à recomendação dos consultores de segurança, demonstra ser mais vantajosa esta modalidade de contratação do que um eventual roubo.

As empresas de segurança privada precisam de autorização da Polícia Federal para funcionar. Seus sócios e funcionários/vigilantes não podem ter antecedentes criminais ou mesmo estarem respondendo a processos na Justiça. Todos os vigilantes devem passar por uma academia de formação, ter registro na Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP - da Polícia Federal e fazer reciclagem a cada dois anos.

Existem, hoje, empresas que contratam, sem saber, seguranças sem o registro e que atuam de forma ilegal - apesar das pesadas sanções impostas pela lei.

Face ao crescimento deste mercado, compete também ao contratante verificar junto aos órgãos competentes o cadastro antes da contratação. Entendemos que esta é também uma forma de manter a segurança.

A finalidade deste projeto é impor sanção às empresas que de fato não oferecem segurança: por estarem não credenciadas junto aos órgãos competentes ou por contratarem profissionais inabilitados e sem treinamento adequado.

Vale ressaltar que, à luz do artigo 6º, I, do Código de Defesa do Consumidor, a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados pelo fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva e métodos comerciais coercitivos ou desleais; e a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos são direitos básicos do consumidor.

Para garanti-los, contamos com a compreensão e apoio de nossos ilustres Pares.

ARTIGO BASE

Orgânica

É de conhecimento da maioria da população brasileira, que a segurança privada vem desempenhando sua atividade no contexto de força auxiliar à Segurança Pública. Neste contexto a Lei 7102/83 é alterada pela Lei 8863/94, com a sua criação e a possibilidade, de todo e qualquer estabelecimento poder contratar sua própria segurança.

Mesmo com todo empenho das entidades de trabalhadores e da própria fiscalização do DPF (Departamento de Polícia Federal), ainda existem milhares de estabelecimentos que insistem em ter “segurança” de forma irregular, correndo os mais diversos riscos.

Escola de Formação

As escolas de formação de vigilantes só podem funcionar com autorização do DPF (Departamento de Polícia Federal), e por este são fiscalizadas. Existem diversas outras escolas que têm como objetivo o treinamento específico de profissionais para a área de segurança.

Segurança Privada

Esta atividade é a mais conhecida da sociedade brasileira e que tem dado mostra de sua abrangência e crescimento, com um número expressivo de empresas autorizadas pelo DPF, com base na Lei nº 7102/83 e demais legislação e que tem se modernizado pelas outras atividades, como a segurança eletrônica, pessoal, transporte de valores, documentos, especial, eventos, orgânica, escoltas e escolas de formação.

Artigo 10 da Lei nº 7102/83 alterada pela Lei nº 8863/94 e, dentre outras, no Título I - Capítulo I da Portaria 992/95.

Art. 19. São consideradas de segurança privada as atividades desenvolvidas por empresas especializadas em prestação de serviços com a finalidade de:

I - proceder à vigilância e segurança patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, sejam públicos ou particulares;

II - garantir a incolumidade física de pessoas;

III - realizar transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga;

IV - recrutar, selecionar, formar e reciclar o pessoal a ser qualificado e autorizado a exercer essas atividades.

§ 1º Enquadram-se como segurança privada os serviços de segurança desenvolvidos por empresa que tenham objeto econômico diverso da vigilância ostensiva e do transporte de valores, que utilizem pessoal do quadro funcional próprio, para a execução dessas atividades.

§ 2º Os serviços de segurança a que se referem o parágrafo anterior denominam-se serviços orgânicos de segurança.

§ 3º As atividades de segurança privada desenvolvidas por empresas especializadas em prestação de serviços, com a finalidade de proceder à segurança de pessoas físicas e de garantir o transporte de valores ou de qualquer outro tipo de carga, serão consideradas, para os efeitos desta portaria, segurança pessoal privada e escolta armada, respectivamente.

Art. 2º O sistema de segurança privada inclui, dentre outros requisitos contidos nesta portaria, pessoal adequadamente preparado, assim designado vigilante.

Art. 3º O funcionamento das empresas especializadas em segurança privada será regido pelas disposições da Lei nº 7102, de 20/06/83, do Decreto nº 89056, de 24/11/83, da Lei nº 9017, de 30/03/95, do Decreto nº 1592, de 10/08/95, e por esta portaria.

Parágrafo Único. O funcionamento a que se refere este artigo dependerá de autorização a ser revista anualmente.

Escolta Armada

Art. 41. Escolta armada, para efeito desta portaria, é o serviço executado por empresa especializada em vigilância e transporte de valores, no auxílio operacional ao transporte de valores ou cargas valiosas.

Art. 42. A escolta armada será executada com veículos comuns, guarnição formada por pessoal adequadamente preparado para esse fim, uniformizado e armado.

Parágrafo Único. Os veículos comuns a que se refere este artigo poderão ser arrendados ou locados, desde que suas condições atendam ao disposto no artigo 43 desta portaria.

Art. 43. O veículo a que se refere o artigo anterior deverá atender as seguintes especificações:

I - estar em perfeitas condições de uso e ser dotado de quatro portas;

II - possuir documentação que comprove a propriedade pela empresa, contrato de locação ou arrendamento;

III - possuir documentação que comprove estar com as vistorias do Departamento Estadual de Trânsito atualizadas;

IV - inscrição externa que permita a fácil identificação do veículo;

V - possuir sistema de telecomunicação.

Art. 44. A guarnição a que se refere o artigo 42 deverá atender as seguintes exigências:

I - guarnição mínima de quatro vigilantes, adequadamente preparados para esse fim, já incluído o responsável pela condução do veículo;

II - nos casos excepcionais, quando não se tratar de transporte de numerários ou carga de alto valor, a guarnição referida no inciso anterior poderá ser reduzida até a metade;

III - os vigilantes empenhados nessa atividade deverão ter, comprovadamente, no mínimo, um ano de experiência na atividade de transporte de valores.

Parágrafo Único. Entende-se como vigilante adequadamente preparado o portador do Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Vigilantes com extensão para Transporte de Valores.

Portaria MJ nº 1264 de 29/09/95

Artigo 14.

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a 20000 Unidades Fiscais de Referência - UFIR, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.

Art. 5º O transporte de numerário entre 7000 e 20000 UFIR poderá ser efetuado em veículo comum com a presença de dois vigilantes.

Transporte de valores

Artigos 4º e 5º da Lei nº 7102/83 alterada pela Lei nº 9017/95 - Artigo 14º.

Art. 4º O transporte de numerário em montante superior a 20000 Unidades Fiscais de Referência - UFIR, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.

Art. 5º O transporte de numerário entre 7000 e 20000 UFIR poderá ser efetuado em veículo comum com a presença de dois vigilantes.

Vigilante

Artigo 2º da Lei nº 7102/83.

Artigo 15º da Lei nº 7102/83 alterada pela Lei nº 8863/94.

Art. 3º Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para a execução das atividades definidas nos incisos I e II do caput e parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 10.

Notas:

1) Não existe na legislação pesquisada especificamente/restrição quanto ao sexo do vigilante;

2) Guarda Municipal e Guarda Noturno - vide Decreto nº 50301 de 02/09/68 não pertinente aos serviços de vigilância e segurança patrimonial;

3) Porteiros: assunto deve ser tratado a parte.

Segurança de Estabelecimento de créditos

Lei nº 7102/83

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil, na forma desta lei.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades

de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas de vigilantes, alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação de assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação de criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura;

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Parágrafo Único. O Banco Central do Brasil poderá aprovar o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros localizados em dependência das sedes de órgãos da união, Distrito Federal, estados, municípios e territórios, independentemente das exigências deste artigo.

Vigilância Ostensiva

Decreto nº 89056, 24/11/83.

Art. 5º Vigilância ostensiva, para os efeitos deste regulamento, consiste em atividade exercida no interior dos estabelecimentos e em transporte de valores, por pessoas uniformizadas e adequadamente preparadas para impedir ou inibir ação criminosa.

PROJETO DE LEI Nº 352/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade, inspirado na necessidade de promover a valorização da pessoa humana e que tem por objetivo de assistir, promover e resgatar o exercício pleno da cidadania e da dignidade dos moradores do município de Agudos do Sul.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 353/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Deverá, o Poder Executivo, instituir Unidades Geriátricas nas instituições hospitalares de propriedade do estado do Paraná.

Art. 2º Os hospitais estaduais deverão contar com presença, de no mínimo, um médico geriatra exclusivamente para atendimento ao idoso.

Art. 3º Os idosos deverão ter atendimento preferencial na aquisição de remédios, em transplantes e cirurgias nas instituições estaduais.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado, institui Unidades Geriátricas nos hospitais estaduais do Paraná.

O geriatra tem a função de acompanhar o envelhecimento da pessoa, indicando alimentação correta, ginástica, tudo relacionado à saúde da pessoa. Com isso, o idoso terá condição de viver mais, com uma melhor qualidade de vida.

O número de idosos cresce enfaticamente no Brasil, sendo que em 1960 chegava-se a 3 milhões e em 2006 foi aumentado para 17 milhões de idosos, e somente no estado do Paraná no mesmo ano, os idosos já somavam 971 125 indivíduos com 60 anos ou mais desta forma mostra-se que a longevidade é uma conquista do século XX, porém ainda é um desafio que necessita de incentivo já que a população idosa é crescente e necessita de atendimentos preferenciais e específicos.

A saúde da pessoa idosa é uma prioridade em todos os setores da Administração Pública Direta, porém além de promoções da saúde, prevenção de doenças e etc, é necessário adotar-se uma política de incentivo aos hospitais e clínicas, e a criação de unidades geriátricas corresponderia a um atendimento específico dessas pessoas que necessitam de uma atenção prioritária e diferenciada.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje para fazer uma homenagem a um vitivinicultor e ao saudá-lo. Também gostaria de saudar a todos os vitivinicultores paranaenses. Em uma região como a nossa, a

região oeste do Paraná, onde a colonização praticamente no início foi de alemães e italianos, depois vieram os mestiços, os negros e os paulistas, enfim, lá o Brasil se encontra e tem gente de todas as raças, mas os italianos e alemães que para lá foram, trouxeram na sua origem o cultivo da uva e, para minha felicidade, quando muitos não apostavam nessa atividade, achando que não daria uva, não daria vinho de qualidade, para nossa felicidade lá temos vinhos finos que estão sendo servidos e reconhecidos como paranaenses, vinho fino sendo reconhecido no Brasil e no mundo, e no Brasil está sendo servido nos cerimoniais do Palácio do Planalto e do Itamarati.

Peço licença para ler este pronunciamento, porque para mim é motivo de orgulho falar da minha região e também a todos os vitivinicultores, mas a minha homenagem hoje é ao empresário Amélio Dezem, que tem reconhecimento nacional e internacional, em função dos seus vinhos.

(Lê):

“Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Ocupo esta tribuna nesta oportunidade, para destacar a produção de vinhos finos em Toledo, como resultado do trabalho e do profissionalismo de verdadeiros desbravadores.

E faço esta homenagem porque me incluo entre aqueles que sempre acreditaram que era possível fazer da vitivinicultura em Toledo uma atividade rentável, mesmo quando muitos, por puro revanchismo político, se apressavam em condenar a produção de uvas e seus derivados.

Os fatos, incontestáveis, mostram que estávamos com a razão. E hoje Toledo conta com mais de uma centena de produtores, organizados em uma associação e inclusive com uma cooperativa que já tem sua própria vinícola, com o nosso apoio, com o apoio do Governo do Estado e com o apoio do Governo Lula.

Mas quero destacar, especialmente, o pioneirismo e a qualidade do trabalho realizado pelo empresário Amélio Dezem e sua família.

A Dezem Vinhos Finos é uma vinícola diferenciada, que plantou suas primeiras vinhas em 1999 e desde 2004, vem acumulando premiações as mais importantes, graças a uma filosofia séria, com profissionalismo e assessoria especializada!

E o diferencial na vinícola Dezem se vê no capricho das suas instalações, além do cuidado com todo o processo. Trata-se de uma propriedade de 70 hectares no distrito de concórdia do oeste, com uma produção de 60 mil litros/ano.

A qualidade dos vinhos finos da vinícola Dezem é atestada por someliers e especialistas, reconhecida por publicações respeitadas e, principalmente, aprovada pelos consumidores mais exigentes.

Sr. Presidente, nobres Pares, apresento aqui, rapidamente, algumas das premiações conquistadas pela Dezem Vinhos Finos: Medalha de ouro para o espumante fino Champenoise Brut 2004, no IV Concurso do Espumante Fino Brasileiro, realizado em julho de 2005 pela

Associação Brasileira de Enologia; grande medalha de ouro para o Dezem Cabernet Sauvignon 2004 e medalha de ouro para o Dezem Merlot 2004, no Concurso Nacional de Vinhos Finos da Wine Brazil Awards.

O Dezem Cabernet Sauvignon também ficou com a grande medalha de ouro do Wine Brasil Awards 2005, no Concurso Mundial de Bruxelas. Neste mesmo certame, o Dezem Merlot recebeu a medalha de ouro. O Dezem Chardonnay 2005 entrou para lista “quente” dos vinhos da EXPOVINIS, realizada em junho de 2006. Também em 2006, o Dezem Brut/ Chardonnay e Pinot Noir 2004 entrou para o guia dos melhores vinhos.

Estas conquistas e reconhecimento estão registrados em jornais importantes como o Estado de São Paulo, e Folha de São Paulo, Vinho e Companhia e Bom Vivant, além de revistas de destaque como Alta Gastronomia, Mesa Saudável, Prazeres da Mesa, Brazil Travel News, Cláudia e Cozinha, Cool Magazine e Jóia e Companhia.

Minha satisfação, ao fazer aqui esta homenagem, é pela importância que a vitivinicultura tem para Toledo e também para a economia do Paraná.

Aliás, tive a honra e a satisfação de ser o mediador entre os produtores e o Governo do Estado, no entendimento político que levou à redução do ICMS para a produção de vinhos, suco e geléia de uva, o que elevou o setor a um outro patamar de competitividade.

Quero aqui abraçar e cumprimentar o empresário Amélio Dezem, e em seu nome todos os produtores de vinho da minha cidade e também de todo o estado do Paraná.

Por tudo isso, Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja grafado em sua íntegra nos Anais desta Casa.

Parabéns Amélio Dezem, parabéns aos vitivinicultores do Paraná!”

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada levantamos aqui na Assembléia e nesta tribuna a questão da multa que a APPA recebeu, ou foi autuada pela ANTAQ no valor de R\$ 170 mil. Naquela ocasião tínhamos alguns documentos em nossas mãos, e a Oposição, através da nossa assessoria, recebeu agora oficialmente a Ata nº 212, de 14 de maio de 2008, quando nessa ata foi analisado o processo administrativo que foi instalado para apurar possíveis irregularidades no porto de Paranaguá, aliás irregularidade essas que levantamos aqui na Assembléia Legislativa.

Então, o que quero dizer para os Srs. Deputados e para o Líder do Governo, Deputado Romanelli, a quem respeitamos e devotamos o maior respeito, que o relatório

final na ANTAQ trata dos presentes autos do processo administrativo contencioso aberto com o fim de apurar indícios de irregularidade em face da administração dos portos de Paranaguá e Antonina. E por que foi instalado isso? Foi criada uma comissão processante, constituída através da Portaria nº 187 de 2007, ou seja, através da ANTAQ. E assim segue todo o relatório.

Gostaria de ler aqui, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa, ao menos parte do voto do Relator dessa Comissão formada pela ANTAQ.

(Lê):

“Impõe-se considerar, do registrado nos autos, que a APPA não apresentou quaisquer razões de justificativa acerca das ocorrências descritas, e que demonstram estar em desacordo com a legislação aplicável e com as condições pactuadas no Convênio de Delegação nº 037/01/MT. E, ademais, em que pese a Comissão Processante considerar como atenuante o fato da primariedade da processada, é forçoso reconhecer da gravidade das infrações, lastradas, ainda, pelo tempo em que foram difundidas.

Nesse rumo, observe-se: as falhas na gestão dos contratos de arrendamento, não possuindo a APPA, nenhuma forma sistemática para procedimentos de fiscalização; a não adequação dos arrendamentos, não possuindo a APPA nenhuma forma sistemática para procedimentos de fiscalização; a não adequação dos arrendamentos à Norma de Resolução nº 55/02-ANTAQ; e a não regularização perante a Receita Federal, dentre outras ingerências, são pontuadas na instrução dos autos.

Agrega-se, com efeito, a situação da dragagem no porto de Paranaguá, na qual tem-se demonstrado falha relativa à carência de investimentos na dragagem do porto, cujo canal de acesso estaria com necessidade urgente de tais serviços, consoante comunicação já feita pela Diretoria Técnica da própria APPA, tendo os pareceres emitidos pelas áreas competentes daquela administração procurado justificar a situação de emergencialidade sem mencionar as possíveis omissões da APPA em tratar tempestivamente da questão desde o início de 2005, descumprindo determinações explícitas baixadas pelo Conselho de Autoridade Portuária enfocando o problema da dragagem, às quais deveria atender, nos termos do artigo 33, parágrafo 1º, inciso XIV, da Lei nº 8630/93, resultando da sua negligência, a situação de emergencialidade.

Desta forma, diante de todo o exposto e documentado nos autos do processo em deliberação, bem como, dos entedimentos emanados pela Comissão Processante e pela Procuradoria Geral desta ANTAQ, infiro da ocorrência das irregularidades apuradas no presente processo, tendo a APPA descumprindo os deveres e termos aos quais se submeteu pelo Convênio de Delegação nº 037/01/MT, e ainda, infringindo as disposições da Norma da Resolução nº 858/07-ANTAQ, pelo que voto - considerando o artigo 12 e o artigo 13, incisos XV, XXXV e LIV dessa mesma

norma, atentando, porém, não pela existência de atenuantes, mas sim, pela gravidade das infrações face à falta de trato em prejuízo do interesse público - pela aplicação da penalidade de multa no montante de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Outrossim, que seja oficiado àquela Administração, para que observe o artigo 69 e parágrafos da Resolução nº 987/08-ANTAQ, intimando-a a recolher o valor no prazo de 30 (trinta) dias. E, ainda, que lhe seja enviado fotocópia desta decisão, bem como, do relatório final da Comissão Processante.

Por fim, com base no artigo 10, inciso XXVI, da Resolução 858/07-ANTAQ, determino à APPA o seguinte:

1) que diligencie à implantação do Plano de Controle de Emergência - PCE, parte integrante do programa de defesa ambiental denominado CEDA, participando à ANTAQ do seu andamento;

2) que providencie a da regularização perante a Receita Federal;

3) que efetive a adequação dos arrendamentos à Resolução nº 055/02-ANTAQ, e neste pertinente, elaborando norma de fiscalização dos contratos;

4) no pertinente à dragagem, que observe a pronta realização de todos os procedimentos, incluindo a elaboração de projeto executivo de dragagem que atenda às exigências da Capitania dos Portos e o Órgão Ambiental, e ainda, na condução dos processos, em estrita obediência à legislação pertinente e à Lei nº 8666/93.

Das determinações acima, deverá a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, participar à ANTAQ, juntando a documentação comprobatória de atendimento, caso a caso, sob pena de incorrer em penalidade constante no inciso LV do artigo 13 da Resolução nº 858/07-ANTAQ.

Brasília/DF, em 14/05/08.

*(a) FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO
Diretor-Relator”*

Vejam, quando a APPA foi autuada e notificada pela ANTAQ, ela tinha um prazo de 30 dias para fazer a sua defesa. Esses 30 dias expiraram no dia 29 de junho. E, no dia 3 de julho, ela se manifestou através de um fax, para contestar aquilo que a ANTAQ havia lhe penalizado.

Será que a APPA pagou ou não essa multa?

Essa Comissão Processante foi instituída em 2007. Ela trabalhou com a Administração dos Portos e não se levou a sério o trabalho. E foram notificados.

Como não tomaram as providências, não sobrou outra alternativa: aplicar a multa ao porto de Paranaguá.

Queremos dizer que essa denúncia foi levantada pelos Deputados: Valdir Rossoni, Plauto Miró, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, foram inúmeros os Parlamentares que levantaram essa questão nesta Casa. E foi a Oposição que levantou.

Ficou cristalina a nossa posição! O porto de Paranaguá não atende às exigências da ANTAQ. É lógico

que não sobra outra alternativa senão a penalidade. E é o que não queremos, porque cada real que gasta o Governo do Estado, é dinheiro que não vai para a Segurança, para Educação, dinheiro que poderia ser usado para recuperar rodovias e assim por diante. Tudo isso que fizemos como Deputado de Oposição é evitar que essas coisas aconteçam.

Então, aqui estão todos os documentos que recebemos da ANTAQ, que mostram que o porto está sendo penalizado por não querer seguir as normas que regem a Administração dos Portos no nosso país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sra. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Antes de iniciar, gostaria de fazer o registro de que o STF, nesta quarta-feira, já havia conversado aqui, inicia um julgamento que me parece bastante importante para todos aqueles que, de alguma forma, têm relação com o espaço público. Hoje, está na página do STF que quarta-feira inicia um julgamento para decidir se a Constituição Federal é auto-aplicável no seu artigo 37, no que diz respeito à prática do nepotismo, ou seja, se ela proíbe literalmente a contratação de familiares no espaço público, ou se ela precisa de uma legislação específica. Então, acredito que nesta quarta-feira - ou a partir desta quarta-feira, porque o julgamento inicia na quarta-feira, não significa que será concluído na quarta-feira - o STF terá como tema o nepotismo.

Neste momento, temos poucas informações, até porque não sei se houve um questionamento, uma provocação ao STF, se há um processo ou não, mas de qualquer forma acho que é um tema interessante para que possamos, definitivamente, dirimir questionamentos que são feitos, normalmente, a respeito da prática do nepotismo no espaço público. Esse será um tema, nesta quarta-feira, do STF, e que poderemos acompanhar, a partir dali, quais serão os desdobramentos. Acho que isso diz respeito não a um ou a outro Deputado, Vereador, Senador ou Deputado Federal, mas a todos aqueles que entendem que o nepotismo é uma prática que deve ser combatida.

Dito isso, Sra. Presidente, gostaria de fazer um registro. Nesta semana, o Ministério Público do Estado do Paraná denunciou o ex-Diretor do DETRAN, César Franco, e mais 10 pessoas por fraude. Essa denúncia foi feita justamente porque havia uma contratação feita com a EMBRACOM para que fossem comprados e, posteriormente, vendidos ao estado os créditos tributados da Vale Couros.

Lembro que em 2003, quando fizemos a CPI da COPEL, ao concluirmos a primeira parte daquela CPI,

começaram a haver desdobramentos. Entre os desdobramentos, havia justamente esse da empresa Vale Couros Trading, uma empresa do Rio Grande do Sul, que vendeu cerca de R\$ 11 milhões de créditos tributários para o DETRAN. Posteriormente, o DETRAN foi comprar esses créditos e eles não existiam, ou pelo menos não eram registrados, o que fez com que o Ministério Público, após uma investigação feita pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos, que iniciou em 2004, nesta semana, fizesse a denúncia contra esses envolvidos.

Entre esses envolvidos - e é isso que me traz à tribuna - está também o Sr. Maurício Roberto da Silva, que é ou era o dono da EMBRACOM, que fez toda aquela negociação entre a EMBRACOM e a ADIFEA, em torno de R\$ 167 milhões, que resultou em uma comissão de R\$ 16 milhões e 700 mil, que foi denunciada por nós inclusive, foi denunciada aqui na Assembléia por ter sido feita uma operação altamente nebulosa junto à COPEL. Numa constatação posterior de que todo serviço feito, em que se pagou R\$ 16 milhões e 700 mil, não havia necessidade nenhuma de ter sido feito por uma empresa contratada por terceiros, até porque nessa época a COPEL já havia feito todo esse levantamento. Mais ainda, a EMBRACOM foi a mesma empresa que participou da operação que resultou em 67 milhões de prejuízo aos cofres públicos, à COPEL, essa que ficou conhecida como operação COPEL-ADIFEA e, depois, COPEL-OLVEPAR.

O que me chama a atenção, Sra. Presidente, é que apesar de termos entregue na CPI todas as provas, inclusive com registros absolutamente inequívocos da participação do Sr. Maurício Roberto da Silva nessa operação, de pessoas ligadas à COPEL, ligadas ao Governo do Estado, pelo menos constatamos que era preciso que essas pessoas fossem ouvidas, até hoje, seis anos depois, esse processo está indo para o 7º ano, esse processo que envolve a COPEL/ADIFEA, via Sr. Maurício Roberto da Silva; a COPEL/EMBRACOM, também com o Sr. Roberto da Silva, que era o dono da EMBRACOM, um dos Sócios/Diretores da EMBRACOM, e que resultou nesse prejuízo que, me parece, bem maior do que os 11 milhões que estão sendo denunciados agora, até porque são cerca de R\$ 84 milhões, até hoje não conseguimos ter a denúncia contra essas pessoas que estão envolvidas.

Acredito que esse processo deva ter alguma solução ou, pelo menos, alguma coisa estranha acontece, porque não é possível que sete anos depois, ou seis anos depois, o MP não consiga ainda oferecer denúncia às pessoas que foram aqui colocadas e que foram, comprovadamente, envolvidas nesse processo.

Espero que, assim como houve agilidade para os créditos tributários do DETRAN, possamos ter a mesma agilidade para a questão COPEL/ADIFEA e COPEL/OLVEPAR, antes que esse crime prescreva e, quem levou R\$ 84 milhões do estado do Paraná por estar colocado em situação talvez muito mais privilegiada, acabe sendo mais um crime impune no nosso estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte, Deputado Valdir Rossoni: não estou vindo aqui como Líder do Governo, nesta tarde, falar, porque é um assunto que, obviamente, o Governo não tem posição sobre ele, até porque eu também exerço um mandato parlamentar nesta Casa e sou responsável, claro, pelas minhas opiniões, palavras, pelos meus votos, até do ponto de vista constitucional.

Queria abordar, Exas., um tema que a mim parece absolutamente relevante porque eu tenho, nos finais de semana, visitado, como também cada um dos Parlamentares que está aqui, visitado os municípios que represento. E o que tem acontecido neste primeiro mês de campanha eleitoral é, na minha avaliação, extremamente preocupante, porque temos uma lei neste país, que é a Lei nº 9504, que regulamenta o processo eleitoral, ela é quase uma Lei Orgânica que envolve, de fato, os partidos políticos e o processo eleitoral para a escolha de candidatos e dela decorrem todas as resoluções que o Tribunal Superior Eleitoral edita em cada uma das eleições. Ou seja, ela complementa a legislação para que se possa aplicar a um pleito, seja municipal ou estadual, se aplica resoluções à luz das mudanças que ocorrem na legislação ordinária.

Quero dizer às V. Exas. que entendo que o TSE, na última normatização das eleições, sinceramente, pecou. Pecou porque deixou tão ampla, tão subjetiva a legislação que regulamenta essas eleições, que faz com que cada Juiz, em cada comarca, possa, de forma absolutamente pessoal, dentro quase de uma análise extremamente ampla, definir o que pode e o que não pode. E, claro, a grande, a imensa maioria dos Juízes de Direito são pessoas muito bem informadas, homens e mulheres que se prepararam, se qualificaram, são Juízes por conta dos concursos públicos que realizaram, concurso público, do curso da magistratura, pessoas de bom senso, mas tenho que reconhecer que a lei, e aí o desdobramento, no caso a resolução que tem efeitos de lei, ficou tão ampla que cada um interpreta da forma que quiser.

É interessantíssimo, porque em cada município você vê um exemplo. Tem uma comarca em que o Juiz diz que candidato a Vereador só pode contratar dois cabos eleitorais. Na outra comarca o Juiz diz que lá não se pode usar jaleco. Na outra, a camiseta não pode ser de tal cor, porque o candidato usa. Na outra, a mulher candidata, usa camiseta rosa, então, as pessoas não podem se aglomerar utilizando a cor rosa. V. Exas. devem estar notando que em muitas comarcas o Juiz se tornou prota-

gonista da eleição, não são mais os candidatos. A discussão lá impugnou, não impugnou. Primeiro foi a discussão da impugnação das candidaturas, os de ficha suja, que foi discutido e debatido. O Supremo Tribunal Federal decidiu sobre esse tema: podem ser candidatos todos aqueles que não tiverem sentença transitada e julgada e aplicou a súmula vinculante. Acabou com isso, o tema todo está resolvido. Se formos verificar a intervenção que estamos tendo, por conta de uma legislação que permite a análise tão subjetiva de cada Juiz, vamos ver que há, de fato, uma interferência incrível no processo eleitoral, daquela que deveria ser justamente a instância que preservaria o que é a liberdade e os fundamentos de uma democracia.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Temos que reconhecer que acaba tendo, por conta do excesso de zelo ou até, muitas vezes, por absoluta deliberalidade do Juiz, uma interferência no processo democrático da escolha daquele que vai ser Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador. Em cada comarca temos uma interpretação diversa.

Não sei como trabalhou o Tribunal Regional Eleitoral na análise que faz sempre com os Juízes Eleitorais, quando eles recebem as orientações. Li as resoluções que são por demais amplas. Quem fez essas resoluções foi o TSE, permitindo um nível de discricionariedade de cada um dos Juízes, que é muito preocupante do ponto de vista do processo democrático.

Fico analisando, nesses últimos dois meses e meio, por conta da crise política-moral que se abateu no Senado da República e reconhecendo que a própria Câmara dos Deputados não vive o seu melhor momento, não há uma produção legislativa consistente. O Judiciário acabou avançando em relação àquilo que é atribuição específica do Legislativo, quase que em uma usurpação de funções.

Quero fazer aqui essa reflexão, porque estamos vivendo um momento importante de consolidação da nossa democracia. Vamos, em cada um dos municípios que representamos, recorrer daquilo que consideramos que seja injusto, abusivo e excessivo, mas também vamos fazer um amplo relato disso.

Vamos documentar tudo isso, para que possamos oferecer à Câmara Federal e à Bancada dos Deputados Federais do Paraná, um documento demonstrando o que aconteceu nessas eleições, para que em 2010 não possamos reproduzir os erros que estão sendo cometidos nessas eleições municipais, porque é muito preocupante.

Para dar um exemplo de como, de certa forma, o Paraná está batendo todos os recordes nacionais de decretar a perda do mandato por infidelidade partidária de Vereadores, os candidatos a Vereador foram escolhidos legitimamente em convenções partidárias, os seus novos partidos, estão homologados como candidatos e os processos continuam sendo votados na Justiça Eleitoral, e as pessoas, em pleno processo eleitoral, perdendo o man-

dato. Quando se sabe, ou seja, a própria argüição que houve em relação à constitucionalidade.

Certamente se você olhar o princípio da legalidade não havia lei que definiria o que é e como poderia ser aplicada a fidelidade partidária. E ao mesmo tempo estamos vendo quantas injustiças estão sendo cometidas, porque mesmo quando se analisa, superadas as preliminares em relação à questão da legalidade da aplicação da resolução, quando se analisa a forma que o nosso Tribunal, em cada um dos casos concretos, aplica aquilo que estão pensando, é assustador. Porque quantas injustiças estão sendo cometidas. A justa causa que é aquilo que pode motivar a perda do mandato parlamentar por infidelidade partidária, ela está agora sendo tratada de uma forma do entendimento que o Tribunal fez em determinadas circunstâncias. Não se analisa o caso concreto. São enquadramentos, três ou quatro, se a pessoa não se enquadra naquela possibilidade, efetivamente perde o mandato.

Então, quero dizer a V. Exas., tenho uma relação de absoluto respeito, e esta Casa tem apoiado o Judiciário, e estamos votando hoje mesmo leis importantes. Essa que atende, que é um dos pleitos que a Ordem dos Advogados do Brasil tem feito, que é a de fazer a estatização das serventias do foro judicial, para acabar de fato com essa questão. Alguns que enriquecem com as taxas. Estamos aqui avançando com a estatização, atendendo o artigo 31 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Muito atrás, é verdade, mas estamos avançando.

A equação montada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, sob a presidência do Desembargador Vidal Coelho, sob a coordenação do Desembargador Noronha, que é uma pessoa que tem feito grande esforço do ponto de vista pessoal, para tornar realidade a estatização da serventia do foro judicial, que vai ser um grande avanço. Por outro lado, temos que reconhecer que o Parlamento tem que fazer a sua parte. E aí é o legislador federal.

Não podemos, para as eleições de 2010, ter novamente uma legislação tão aberta, para que cada Juiz, na sua comarca, acabe decidindo por conta das suas convicções, de tão ampla que ficou a possibilidade de interpretação. Na medida que se tentou regulamentar e evitar o abuso do poder econômico, temos de reconhecer que em muitos municípios nem campanha há. É proibido fazer carro de som, ninguém pode criticar ninguém. A discussão, na verdade, partiu para um campo absolutamente despropositado e, na minha avaliação, faltando, Deputado Caíto, V. Exa. que abordou esse tema recentemente nesta Casa, formulando um convite ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, eu dizia que há, na minha avaliação, um aprofundamento das preocupações, porque em cada comarca o Juiz está decidindo de acordo com a sua convicção. E fui ler as resoluções do TSE, são elas que permitem essa análise objetiva do Juiz e isso, de fato, cria uma grande insegurança jurídica e cria politicamente, na minha avaliação, uma intervenção por conta que em mui-

tas comarcas o Juiz é que se transformou no protagonista das eleições.

Precisamos ter a segurança jurídica para que este país possa consolidar ainda mais o modelo de democracia que escolhemos, que é o modelo de democracia das massas, da participação popular nas campanhas eleitorais, da manifestação livre do pensamento, sem estar submetida a qualquer tipo de análise prévia e, ao mesmo tempo, claro, de construirmos cada vez mais, através dos instrumentos legais que já dispomos, transparência em tudo que está acontecendo no processo eleitoral.

Então, manifesto esta minha preocupação no sentido de que possamos documentar tudo isto, porque senão em 2010 vai piorar a situação - é só aplicar a Lei de Murphy - se acha que está ruim, pode ficar pior, porque, efetivamente, as decisões são decisões que estão interferindo no processo eleitoral e é necessário que tenhamos, como sempre tivemos, aliás, aqui com o Tribunal Regional do Paraná, um dos melhores, mais bem articulados e operosos Tribunais Eleitorais do estado. Aqui foi que conseguimos, de fato, fazer os primeiros grandes avanços na área da informatização. Foi aqui que começamos com aquele grande recadastramento eleitoral, ou seja, o Tribunal do Paraná sempre foi um grande exemplo, e espero que, de fato, ainda se possa corrigir os excessos e o Tribunal orientar os seus Juizes Eleitorais e fazer com que o processo eleitoral possa transcorrer normalmente, sem que haja uma interferência indevida daqueles que devem zelar, justamente, pela livre manifestação de pensamento e que o processo eleitoral possa transcorrer com regularidade e normalidade.

Era isto, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sra. Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O assunto que me traz a esta tribuna é de extrema relevância, porque trata da Educação das nossas crianças e dos nossos jovens paranaenses.

Quando entrei nesta Casa Legislativa, assumi um compromisso comigo mesmo de votar favoravelmente a todos os projetos que beneficiem a melhoria da qualidade de ensino e que beneficiem as condições de saúde dos paranaenses, para que cada cidadã, para que cada cidadão paranaense possa ter acesso à Saúde de qualidade.

E venho para falar sobre os projetos que serão colocados, segundo informações que recebi, na pauta no dia de amanhã. Amanhã, dia 19 de agosto, está previsto que votemos o reajuste dos professores. Está prevista a

votação da PEC 88, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que trata da aposentadoria especial para Diretores, pedagogos e outros funcionários das escolas públicas estaduais, ratificando a Lei Federal nº 11301, do mês de maio de 2006, e está previsto também que possamos votar amanhã o Plano de Cargos e Carreiras para os servidores e professores das entidades de ensino superior do estado do Paraná.

Ora, tenho recebido centenas e centenas de e-mails de professores e funcionários de escolas públicas de todo o estado do Paraná, democraticamente, exercendo o seu direito a cidadania, exercendo o seu direito de fiscalizar a atuação dos Parlamentares e pedindo o voto deste Deputado para a PEC 88, para o reajuste salarial de 10% para os professores e também para o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do ensino superior no Paraná.

Quero dizer que a minha posição não poderia, em hipótese alguma, ser diferente da que declaro aqui neste momento. Votarei favoravelmente a estes projetos, pois entendo que Educação e Saúde têm que ser prioridade.

Acredito que um país só constrói uma sociedade mais justa, com mais qualidade de vida, onde as pessoas possam ter oportunidade de emprego, onde as pessoas sejam capazes de exercer a cidadania, em sua plenitude, investindo em Educação! Precisamos de escolas de qualidade, escolas bem equipadas, que tenham bibliotecas para que os alunos, desde muito cedo, despertem o seu interesse para o hábito da leitura; escolas que tenham quadras esportivas, que ofereçam atividades de lazer, que ofereçam atividades culturais e devemos inclusive pensar com mais seriedade em construir, em fazer com que as escolas possam funcionar em período integral no estado do Paraná. Mas o primeiro passo, evidentemente, é a remuneração justa para professores, para Diretores, para pedagogos, para funcionários das escolas públicas. Não é correto um professor ganhar o salário de fome, de miséria que ganham os professores do nosso país.

No Japão, Deputada Cida Borghetti, está aqui o Deputado Nishimori que pode confirmar o que eu digo, todas as pessoas se curvam diante do Imperador, mas diante do professor, quem se curva é o Imperador! Devemos nos curvar diante da importância que os professores têm, para a Educação das crianças e dos jovens do Paraná, e o meu apelo é para que todos nós possamos juntos, amanhã, independente de Oposição e de aliados do Governo, independente da crença ideológica, política, do segmento partidário a que cada Deputado pertence, o meu apelo é que todos nós possamos, amanhã, votar juntos em prol da Educação do Paraná promovendo o reajuste dos professores, aprovando o Plano de Cargos e Carreiras e também aprovando a PEC 88, de sua autoria, Deputada, que garante esta aposentadoria especial para Diretores e outros funcionários de escolas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati. Consulto V. Exa. se na oportunidade deseja fazer uso do horário de seu partido?

(**Assentimento**)

Mais 10 minutos, então.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Cida Borghetti, nobres colegas, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que acompanham as Sessões da Casa pela TV SINAL e também MERCOSUL.

Nosso colega, Ney Leprevost, no calor da sua mocidade, enalteceu aqui, Deputada Cida Borghetti, a importância da Sessão de amanhã para professores da rede pública estadual de ensino, aqui no Paraná. Um projeto que trata do Plano de Cargos e Salários para os professores, de autoria do Executivo Estadual, e a PEC 088 que, de maneira feliz e inteligente, muito sábia, a Deputada Cida Borghetti apresentou para ser apreciada nesta Casa e que, se aprovada e sancionada pelo Sr. Governador Roberto Requião, os Diretores e Diretoras das escolas estaduais também terão direito à aposentadoria especial a ser concedida aos professores. É uma PEC inteligente.

Antes de qualquer comentário, eu recebo - como nossos colegas estão recebendo - manifestações de todo Paraná, de professores, professoras, Diretores. Tenho aqui, por exemplo, um e-mail do Colégio Estadual de Cambé, em que eles pedem o meu apoio e também dos nobres Pares. Vamos fazer a leitura.

Creio que todos os Deputados e Deputadas na Sessão de amanhã vão votar a favor dos professores e professoras. Esse e-mail vem de Cambé pedindo o nosso voto para essa matéria.

(**Lê**):

Exmo(a). Sr(a). Deputado(a).

Após tantos anos de espera, finalmente nós, funcionários das escolas estaduais do Paraná, temos a chance de sermos contemplados com o tão merecido Plano de Carreira. Portanto, queremos deixar registrado que contamos com o apoio de V. Exa. na próxima terça-feira, dia 19, quando o projeto for levado para votação na Assembleia Legislativa. Os Srs. Deputados são nossos representantes, em V. Exas. depositamos nossa esperança e confiança, e acreditamos que nesta próxima semana teremos, graças à sua colaboração, a notícia de veras esperada.

Sr(a) Deputado(a), esteja certo de que na próxima terça-feira as atenções de mais de 35 mil funcionários (os futuros agentes educacionais descritos no plano) estarão completamente voltadas às decisões da Assembleia. Contamos integralmente com o apoio de V. Exas.!!!

Além disso, pedimos, com a mesma intensidade, que seja concedido um aumento de 10% para os professores e a aposentadoria especial para os Diretores, peda-

gogos e Coordenadores de Curso. E, neste caso, o número 35 mil supracitado, já aumenta vertiginosamente! Todos nós, educadores, merecemos inquestionavelmente tais benefícios, os quais, após aprovados, entrarão para a história do nosso estado - e os Srs. Deputados farão parte desta história, também.

Então, até dia 19/08! Que Deus abençoe a cada um dos senhores nesse passo fundamental para o avanço do setor educacional do Paraná.

Quem assina são os professores do Colégio Estadual Olavo Bilac, Ensino Fundamental, Médio e Normal do município de Cambé.

Portanto, amanhã uma grande data para que os professores possam acompanhar pelo jornal, pelo rádio, pela televisão, o apoio que com certeza vão receber de todo este Plenário. Não acredito que haja no meio dos 54 Parlamentares um sequer que amanhã não vá ter coragem de votar contra os professores.

Estamos confiantes que o Plano de Carreira será aprovado com facilidade. Ainda depende da aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, e a PEC assinada pela brilhante Parlamentar Cida Borghetti ainda está numa dependência de um sinal verde da ParanaPrevidência. Deputada Cida Borghetti, como temos 40 anos de carreira pública, não sei se essa história de ParanaPrevidência não é mais um artifício apenas para não aprovar a aposentadoria especial também para os Diretores, Coordenadores e pedagogos. Tomara que eu esteja equivocado! Tomara! Mas, a intuição me leva a crer que apenas o Plano de Carreira será aprovado amanhã. Tomara que eu esteja enganado! Tomara que em uma homenagem aos professores e professoras, aos pedagogos, Coordenadores e Diretores, seja dado todo esse benefício previsto no Plano de Carreira. Não adianta concedermos um benefício parcialmente. Como é que vamos olhar nos olhos dos Diretores e Diretoras, pedagogos e pedagogas, Coordenadoras e Coordenadores, se aqui votarmos uma lei que irá atender apenas parcialmente essa laboriosa classe constituída inicialmente por 35 mil professores e professoras? Mas se a PEC da nobre Deputada Cida Borghetti for aprovada, esse número irá crescer e mais gente estará feliz, encerrando logo - ou daqui a alguns anos - sua participação na vida pública do Paraná, na rede estadual de educação.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

A certeza que a nossa Bancada do Partido Progressista, formada por mim, pela Deputada Cida Borghetti, pelo Deputado Ney Leprevost e pelo Deputado Duílio Genari, vamos votar 100% a favor, tanto dos professores como também da aposentadoria especial para Diretores, Coordenadores e pedagogos. Mas é bom que o magistério estadual do Paraná fique vigilante e mande seus representantes até aqui para dialogar com cada Parlamentar, no sentido de sensibilizá-los para que aproveamos 100% dos

benefícios e não apenas para um setor da Educação do nosso Paraná.

E para terminar, nobre Presidente Cida Borghetti, temos batido sempre aqui, como Deputado de Londrina, cobrando do Governo mais atenção. Há vários setores primários em Londrina! Neste final de semana, verificando a área de Saúde em Londrina, encontrei uma mulher que apontou para as varizes que tem na perna e me disse: “Belinati, faz cinco anos que estou na fila esperando uma cirurgia de varizes.” Varizes que ardem, que incomodam, que judiam das mulheres e de alguns homens.

Estou citando varizes, mas a Saúde do Paraná continua um caos! Estão faltando remédios, médicos e UTIs! Só não falta UTI para quem é rico. Quem pode pagar, tem UTI do jeito que quiser! UTI no hospital com TV, com DVD, UTI até no avião - já põe no avião e já leva para Cleveland, para São Paulo, para onde quiser, para quem pode pagar! E aquele que é da classe de renda baixa, para esse não há vaga e o hospital está sempre lotado. A vaga está sempre disponível e esperando por quem pode pagar.

Daí termos cobrado que Londrina precisa que o Governador Requião mande instalar uma UTI no hospital da zona sul, uma UTI no hospital da zona norte. Esses hospitais não têm UTI! Isso é uma vergonha! É uma piada! Temos dois hospitais, sendo um no extremo da cidade e outro no outro, sendo um na zona sul e outro na zona norte e não tem UTI nem na zona sul e nem na zona norte! É gente morrendo por falta de um atendimento rápido em uma UTI e a minha cidade precisa também urgentemente, de um grande hospital na zona oeste, onde moram mais de 130 mil pessoas e não tem um hospital para socorrer a população do Jardim Leonor, do Santiago, do Santa Rita e toda aquela região.

Mas, em Londrina não é só o problema de saúde que precisa ser melhorado, mas também o problema da Segurança, que estamos batendo sempre aqui. Aliás, a Segurança continua requerendo uma providência urgente de todo comando da área de Segurança para devolver à população do Paraná a Segurança que o povo tem direito.

Hoje de manhã, na minha cidade de Londrina, mostrando que a Segurança na cidade está um caos, o povo com medo, o povo assustado com todo tipo de assalto, de crime, um empresário de 42 anos, Rinaldo de Oliveira Silva, proprietário de um posto de combustível, saiu do seu posto hoje na hora do almoço e foi ao Banco para depositar o movimento de sábado e domingo. Mas os assaltantes, com a tranquilidade que eles agem, já estavam de espreita, seguiram o proprietário do posto de combustível e acabaram assassinando hoje, faz poucas horas, mais um cidadão, um empresário, um trabalhador, um pai de família que perde a vida vítima da falta de maior Segurança na minha cidade de Londrina e também no Paraná.

Por isso, Deputada Cida Borgetti, vem sempre aquela pergunta: “Mas será que dá para melhorar a Segurança? Será que tem jeito de combater a violência?” Ora,

é bom lembrar, a campanha que ficou famosa no mundo inteiro do Prefeito Juliani, que assumiu o cargo em Nova Iorque e lançou uma campanha de tolerância zero, violência zero, ele acabou sendo muito feliz, e Nova Iorque, uma cidade com muitos milhões de habitantes, que é o centro dos negócios do mundo, é a cidade onde mais se faz negócios comerciais no mundo, o Prefeito - porque a legislação lá é diferente da nossa - o Prefeito tem autonomia para interferir e para combater os bandidos, e Nova Iorque, uma cidade tão grande, onde corre o maior dinheiro do mundo, Nova Iorque deu jeito, sim, e combateu a violência. Não sei se chegou a nível zero, como previa, como queria o ex-Prefeito Juliani, mas a verdade é que quem viaja para Nova Iorque volta elogiando a mudança, a transformação, a maior segurança que hoje é visível nas ruas, nos parques, nas avenidas, no próprio comércio dessa importante cidade do mundo. Se Nova Iorque conseguiu dar jeito dando segurança ao povo, creio que também no Paraná tem jeito, sim, de devolver ao povo de Londrina, ao povo do Paraná, que hoje não existe, essa violência que está apavorando a nossa população, e com mais essa morte violenta, mais esse fato triste ocorrido na minha cidade, com o assassinato de um trabalhador, a morte de Rinaldo de Oliveira Silva, 42 anos, Mais um que tomba vítima da violência, vítima de uma falta de melhor estrutura da Polícia para dar a segurança que os londrinenses reclamam e têm direito.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao Grande Expediente. Nenhum orador inscrito.

Horário das Lideranças. PT. Com a palavra Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada, na sexta-feira estive reunido com os Diretores das escolas públicas estaduais de Ponta Grossa e da região dos campos gerais discutindo o plano que estamos votando, a questão do plano dos funcionários e algumas outras questões que atingem a Educação. E recebi uma correspondência, um panfleto da APP - Sindicato, convocando os professores para que terça-feira viessem aqui a este plenário, porque iria ser votada a emenda que estabelece aposentadoria para os Diretores e pedagogos das escolas públicas estaduais. Emenda encabeçada pela Deputada Cida Borgehetti, eu assinei também com vários Deputados. Fiquei muito feliz com isso! Todos os professores estão se mobilizando para estarem aqui amanhã. Amanhã poderemos coroar com chave de ouro as propostas do Governador Roberto Requião para a

Educação paranaense, aprovando essa emenda. É um compromisso do Governador.

Quero fazer um apelo à Mesa da Casa, a todos os partidos, para que os Deputados compareçam e que possam votar essa emenda, que está há mais de um ano nesta Casa.

O projeto de Plano de Cargos e Salários para os docentes de ensino superior, que há muito tempo vinham lutando, se organizando, fazendo assembléias, e estão contentes com o Governador. É um salto que há muito tempo não acontecia nas nossas universidades. Muda a condição do professor do ensino superior paranaense.

Para completar, o projeto discutido durante um longo período com os próprios funcionários do sindicato, que é o novo Plano de Cargos e Salários para os funcionários.

Já me manifestei e até escrevi vários artigos de jornais que o Governador Roberto Requião está de parabéns. Isso tudo foi possível porque aumentou de 25% para 30% o orçamento para a Educação paranaense. É um Governo popular, preocupado com as questões prioritárias para o nosso povo.

E eu dizia que, para fechar com chave de ouro esse pacote de medidas do Governo, faltava a aprovação da emenda estendendo o direito de aposentadoria dos professores para os Diretores e pedagogos. Faltava resolver a questão dos titulares das universidades paranaenses. Porque hoje, para o professor chegar a titular, tem que prestar um concurso público. Qualquer professor do Brasil inteiro pode participar. Se o professor da própria instituição for aprovado, ele tem que começar uma outra carreira, como se ele assinasse um novo contrato com a instituição, e perde os direitos do contrato anterior com relação à sua aposentadoria e também o direito adquirido da atual carreira do magistério superior de que ele se aposenta com salário integral que está na ativa, e os aumentos futuros acompanharão o salário da ativa. Isso gera um impasse.

Esperamos que venha uma solução do Governo, e certamente virá.

Então, faltavam três questões: a dos titulares e o Governo tem boa vontade; da emenda da Deputada Cida que já assinei, é um compromisso do nosso Governo e a questão da VIZIVALE, pois não é mais possível.

Essa questão desse curso mostra as contradições do estado brasileiro e seus diversos níveis. Não é possível 35 mil professores fazerem o curso de boa-fé, autorizado pelo Conselho Estadual e, de repente, o 3º parecer do Conselho Nacional desautoriza o que já aconteceu, dizendo que o curso é à distância e os professores passam em concurso, ficam inseguros; o Prefeito tem pressão do Tribunal de Contas. Agora, vai ter concurso do estado e os professores têm dúvida se podem fazer ou não, porque não têm diploma reconhecido, têm até certidão de conclusão do curso. Ao mesmo tempo, o instituto que o Governo Federal entende que agiu errado, numa PEC ao IESDE, que se registrar os diplomas absorve esse insti-

tuto, ele continua oferecendo, em parceria com a Universidade ULBRA e com a Castelo Branco, complementação e a legitimação das matérias feitas oferecendo diploma de nível superior com uma carga horária de oitocentas e poucas horas, quando os professores que fizeram o curso não reconhecido fizeram 2 mil e 800 horas.

Não dá mais para esperar. Tenho certeza que todos nós temos que nos unir, agora, com força, o próprio Governador, o Secretário da Educação, para irmos a Brasília exigirmos do Ministério da Educação que assine uma resolução, que não está apontando que é preliminar porque não assinou o Ministro. Vamos trazer para o Paraná resolver essa questão e daí, numa parceria do Conselho Estadual de Educação com a Secretaria de Ensino Superior e com a Secretaria de Educação, vamos exigir, na minha opinião, tão-somente uma carga horária prática para esses professores terem seus diplomas registrados e reconhecidos pelas instituições de ensino superior do Paraná.

A esses três aspectos que me referi, sinceramente, faço um apelo à Mesa da Casa. O nosso Parlamento tem que ter uma margem de autonomia, ainda mais nesse aspecto que não tem nem contradição com o Governo do Estado. O próprio Governador tem essa postura, tenho certeza de que é a favor de que os Diretores e pedagogos se aposentem com o mesmo tempo de serviço que os professores, porque eles são professores também, fizeram o mesmo concurso que os professores fizeram, originalmente são professores, eles exercem uma função de alta relevância social e de interesse público. Os Diretores são eleitos por seus Pares, em eleições democráticas, e não podemos diferenciar o trabalho de um pedagogo, a complexidade que tem, do trabalho de um professor em sala de aula. É a mesma coisa. Não tem sentido que um pedagogo tenha que trabalhar cinco anos a mais que um professor.

Faço um apelo. Não temos mais que esperar. Essa emenda está na Casa faz mais de um ano. Os professores se mobilizando, a representação democrática dos professores, Diretores e pedagogos. A APP - Sindicato tem um grande sindicato, nessa crise do movimento sindical que passam principalmente, os sindicatos de empresa privada. A APP é o exemplo, o colegiado democrático inteiramente. Temos que aprovar essa emenda fazendo uma política com "P" maiúsculo. Acho que não há mais dúvida jurídica quanto a essa emenda. Já conversamos com vários Deputados.

Faço um apelo desta tribuna: não podemos desencantar e desmobilizar o professorado paranaense, que é uma força de sustentação de um Governo popular, como o Governo Roberto Requião, Governo que temos a honra de defender e vamos continuar defendendo.

Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Consulto a Liderança do PSDB, PDT, PMDB.

(**Todas declinam**)

Consulto o Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel. Informo V. Exa. que o tempo utilizado é de 10 minutos.

Liderança do Bloco PPS/PMS: Deputado do Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadão do Paraná.

Fizemos um estudo, por meio da minha assessoria de gabinete, e concluímos que os hospitais públicos do estado do Paraná estão com sérias deficiências técnicas, estruturais, mas principalmente de pessoal para atendimento aos idosos. Então, quero dedicar este pronunciamento, especialmente, aos idosos do estado do Paraná.

Muitas vezes, os velhinhos ficam nas filas para serem atendidos e, quando são atendidos, esses atendimentos são feitos por clínicos gerais. Então, neste momento, estou apresentando um projeto, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que estará tramitando nas Comissões da Assembléia, prevendo a obrigatoriedade da contratação de, pelo menos, um médico geriatra, especialista, em cada hospital público do estado do Paraná. Isso é respeito à Lei nº 10741, que prevê atendimento pleno. E, no meu entender, atendimento pleno deve acontecer através de um médico especialista, de um geriatra. As estatísticas apontam que estamos caminhando para um país de idosos, onde o volume de pessoas com mais de 50 anos de idade vai ampliar em relação aos jovens e crianças. E, ao mesmo tempo, vemos crescer a expectativa de vida das pessoas no Brasil, elas já chegam aos 60 anos, aos 70 anos.

Cabe aqui também uma observação de que a Saúde Pública, haveria mais atenção aos planos de prevenção. A Medicina ficou mais atenta e já não é tanto curativa. Os investimentos que se faz hoje para melhorar as condições de vida das pessoas é realmente maior. Muitos jovens ainda não se conscientizaram da importância que têm essas pessoas para o nosso progresso. Eu gostei muito, outro dia, uma senhorinha falou para mim: "Marcelo, tem gente que tem medo de envelhecer, mas só não envelhece quem morre jovem". É por isso que devemos nos aproximar mais das pessoas idosas, repartir com elas os nossos problemas, trocar experiências, confrontar com elas as nossas visões do mundo. É admirável os grupos de idosos formados por entidades públicas, é maravilhoso ver como eles remoçam, atingem um grau de felicidade, diferente dos que se trancam na vida solitária, onde o abandono aprisiona, a desfeita causa feridas incuráveis, a indiferença das pessoas define e os leva à morte prematura.

Melhor é saudarmos os nossos velhinhos, respeitarmos os seus limites, admirarmos as suas experiências e convivermos com eles na busca de um mundo melhor ou,

então, como diz o ditado, para não ser velho, só morrendo jovem.

Deputado Ney Leprevost, é hora de levar mais a sério o Estatuto do Idoso. O tratamento aos idosos é ignorado, é notória a deficiência da estrutura nos hospitais públicos no Paraná, e principalmente, como falei no início do meu pronunciamento, com relação ao pessoal: não temos médicos especialistas geriatrias nas unidades hospitalares do estado do Paraná, contratados pelo Governo do Estado. E gostaríamos, através desse projeto que estou apresentando hoje aqui na Assembléia Legislativa, que estabelece em cada hospital público do nosso estado unidades de geriatria e de pessoal especializado em gerontologia geral, porque se tivermos em cada hospital pelo menos um especialista, pelo menos um médico geriatra, estaríamos consumando esses núcleos de geriatria em cada unidade. E isso realmente é muito importante.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Marcelo Rangel, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que eu gostaria, inclusive, de subscrever esse projeto, pois entendo que é muito oportuno o tema que V. Exa. traz a esta Sessão. Temos que, realmente, cumprir ao pé da letra o Estatuto do Idoso, que foi uma legislação muito bem feita, mas que ainda carece da conscientização das autoridades públicas para que seja cumprida em sua plenitude. Concordo com V. Exa. que os hospitais, realmente, necessitam da presença do médico geriatra. E gostaria, apenas para ilustrar o seu pronunciamento, de citar o exemplo da cidade de Curitiba, que nesta gestão do Prefeito Beto Richa está ganhando o Hospital do Idoso, assim como irá também receber, no ano que vem, o Hospital do Homem, para tratar principalmente dos assuntos relacionados à área de urologia e a prevenção do câncer de próstata.

A tendência na Medicina moderna é cada vez mais se trabalhar com a especialização. Se hoje existem médicos especializados e preparados para atender aos idosos, ou como alguns preferem chamar, as pessoas da melhor idade, creio que nós Deputados devemos nos empenhar para fazer com que esta idéia seja colocada em prática e com que o Estatuto do Idoso seja realmente cumprido.

Parabéns pela sua iniciativa e conte com o meu apoio.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço, Deputado Ney Leprevost.

Conheço também o trabalho do Prefeito Beto Richa. Parabenizo e respeito o Prefeito pela atenção que tem dado aos idosos.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Parabenizo pelo seu pronunciamento.

Assim como o Deputado Ney Leprevost lembrou, gostaria de registrar que o Hospital do Idoso é uma con-

quista da cidade de Curitiba, que mostra bem, como eu diria, a forma de um relacionamento republicano do Governo Federal. Porque como lembrou o Deputado Ney Leprevost, o Hospital do Idoso de Curitiba é uma obra de R\$ 14 milhões, dos quais 11 milhões são provenientes do Governo Federal a fundo perdido. O Governo Federal mostra que tem a mesma preocupação que V. Exa. Não é porque o Governo Federal, o Presidente Lula que é do PT, que deixa de mandar 11 milhões. Estamos falando de uma obra de 14 milhões, onde 11 milhões são oriundos do Governo Federal, para um partido que teoricamente lhe faz oposição, mas que neste momento, de forma correta, não é olhado o partido e sim o objetivo, que é tratar bem os nossos idosos.

Parabéns pela sua lembrança. Espero que possamos ter hospitais como esse, inclusive em Ponta Grossa e em outras cidades ou regiões do estado do Paraná, porque serão muito bem-vindos.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Deputado Tadeu Veneri, pelo seu aparte.

Precisamos levar adiante esta lei, prevendo a obrigatoriedade de médicos especialistas em cada unidade hospitalar do estado do Paraná.

Neste momento quero saudar o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, que é geriatra, Dr. Gilberto. Tenho certeza que ele também aprovaria uma lei como esta.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço aos Srs. Deputados e aos cidadãos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PTB/PR; Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Liderança do Governo: com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Encaminho ainda no horário da Liderança do Governo, no sentimento de poder, de forma objetiva, garantir de uma forma regular o suprimento dos recursos que são necessários para o funcionamento do sistema penitenciário. Porque V. Exas. sabem, estamos votando nesta Casa um grande avanço que é a criação do Fundo da Justiça e com isso vamos estar estatizando as serventias do foro judicial, que é uma obrigatoriedade imposta pelo legislador constituinte em 1988. E agora, na gestão do Desembargador Vidal Coelho, temos a oportunidade justamente de votar nesta Casa uma mensagem oriunda do Tribunal de Justiça, que é um grande avanço do ponto de vista institucional, na medida que essa mudança vai

ser absolutamente essencial para garantir o acesso cada vez maior das pessoas na Justiça. Temos que reconhecer que o Tribunal de Justiça, nesta gestão, mas é um processo isso tudo, mais a contratação de servidores, estamos cada vez mais avançando.

Faço aqui, em nome do Governo, há uma preocupação com base numa dotação orçamentária que hoje é suprida com recursos do FUNREJUS, 48% dos recursos do FUNREJUS são destinados ao sistema penitenciário. E por isso há uma preocupação por parte do sistema penitenciário que esses R\$ 4 milhões e 800 mil possam continuar sendo pagos pelo FUNREJUS ou pelo Tesouro Geral do Estado. Alguém tem que pagar a conta, até porque esses 4 milhões e 800 são para a compra de uniformes, kits de higiene, matéria-prima para os canteiros de obras, passagens, cursos profissionalizantes, serviço funerário, aquisição de colchões, equipamentos para a área de Saúde, materiais escolares.

E após uma discussão entre o Desembargador Jair Ramos Braga, Secretário de Estado da Justiça, conosco e daí, claro, com o Governador Requião, e fizemos uma consulta ao Poder Judiciário. O Presidente Nelson Justus encaminhou um ofício ao Poder Judiciário consultando, na oportunidade, de apresentarmos uma emenda que pudesse ser esclarecedora em termos daonde virão os recursos para substituir essa transferência que hoje é automática. E após a concordância do Chefe daquele Poder, apresentamos no projeto de hoje, e por isso ele está saindo da Ordem do Dia para poder ir à CCJ, para ser votado e vai ser votado o projeto, também amanhã, tanto do Fundo de Justiça quanto também da finalização, de deixar claro que o FUNREJUS não transferirá mais recursos, uma emenda que diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos para a Unidade Orçamentária 4960, Fundo Penitenciário, FUPEN, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, a dotação orçamentária de R\$ 4 milhões e 800 mil, no orçamento de 2009, com recurso do Tesouro Geral do Estado, dizendo de onde que vem o dinheiro a ser repassado mensalmente no valor de 1/12 do constante da lei orçamentária, diretamente para a conta bancária exclusiva do FUPEN, do Fundo Penitenciário”. Ou seja, era uma mensagem do Poder Judiciário, mas esclarece, inclusive, uma dúvida que V. Exa. - eu sei, apresentamos a emenda - mas V. Exa. endossa porque era uma preocupação de V. Exa. e com isso aqui se supre, se faz para o orçamento de 2009 e se cria por lei uma vinculação em relação a questão de onde vem os recursos. Fica bem aclarado esse tema.

E eu fiquei muito feliz, Sr. Presidente, com a compreensão do Presidente do Tribunal de Justiça que respondeu imediatamente o seu ofício e com isto, de forma efetiva, me sinto muito tranquilo em saber que a mensagem do Poder Judiciário trata de uma emenda de um Parlamentar, representando, claro, a Liderança do Governo, mas ao mesmo tempo com a concordância da presidência

do Tribunal de Justiça, porque afinal de contas há de se reconhecer, vivemos numa harmonia entre os Poderes neste estado e temos que respeitar, sem dúvida nenhuma, as decisões que são tomadas pelos colegiados do Tribunal de Justiça, especificamente quando estamos tratando de um grande avanço para poder promover, de fato, o acesso à Justiça.

É uma das grandes reivindicações que faz a Ordem dos Advogados do Brasil, na Seção Paraná, aliás, na última semana o Presidente, Dr. Alberto de Paula Machado, pessoalmente me disse da expectativa da votação deste projeto e com isto nós, efetivamente, com a apresentação da emenda, temos reunião da Comissão de Constituição e Justiça amanhã, que será presidida pelo Deputado Durval Amaral, votamos a emenda amanhã mesmo e os dois projetos retornam à Ordem do Dia desta terça-feira quando teremos matérias muito importantes. É fundamental a presença de todos os Parlamentares aqui nesta Casa para que possamos votar todos estes temas.

Era isto, Sr. Presidente. Agradeço pela atenção, agradeço em nome do Governo pela compreensão também do Presidente do Tribunal de Justiça e, claro, tudo isso feito sob orientação do Governador Roberto Requião.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Obrigado a todos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 025/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, dispondo sobre o Zoneamento Ambiental e Diretrizes para Uso e Ocupação da Ilha do Mel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 052/08, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias do dia 13/08/08, devido a compromissos políticos assumidos no município de Guamiranga. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2137, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias do dia 13/08/08, devido a reunião com médicos do Hospital de Clínicas, na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2138, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 12/08/08, em virtude de compromisso com o setor de oncologia do Hospital Santa Casa de Misericórdia, na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 273/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública estadual, o Instituto Irmãos da Reparação, com sede e foro na cidade de Londrina. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 273/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Irmãos da Reparação, com sede e foro no município de Goiânia, estado de Goiás e com representação no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 285/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gotas de

Esperança - ONG-GOES, com sede e foro no município de Paranavaí. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 285/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Gotas de Esperança, com sede e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 305/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra, com sede e foro no município de Ubatuba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 305/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF do Colégio Estadual Professora Maria Gomes Bizerra - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Ubatuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 319/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Fundação TV Beltrão, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovada. (Publ. no DA nº 083/08, de 15/07/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/08, de autoria

do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a CDL - Câmara de Dirigentes Logistas de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Jardim Santa Luzia, com sede e foro no município de Campo Largo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Em votação o projeto ressalvada a emenda. Discussão, votação. **Aprovado, artigo por artigo.** Em discussão a emenda, em votação. **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria o Fundo da Justiça, do Poder Judiciário do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2135, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 325/08.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 325/08

P A R E C E R :

I - Relatório

O Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo instituir o Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a ser constituído basicamente por recursos orçamentários e também por todas aquelas elencadas no artigo 2º da proposta e tem como finalidade, segundo o projeto, dar cumprimento ao processo de estatização das serventias do foro judicial, a fim de assegurar expansão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Inicialmente haverá um aporte de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à conta de dotação orçamentária do Tribunal de Justiça.

A administração do Fundo será realizada por um Conselho-Diretor, composto pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pelo primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor Geral da Justiça e por mais cinco membros nomeados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, após aprovação pelo Órgão Especial.

Na sua justificativa o Chefe do Poder Judiciário do Estado do Paraná alega que a criação do Fundo não tem restrição legal e destina-se exclusivamente a implantação

de serventias do foro judicial, atendendo assim ao disposto no artigo 31 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual e também do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

A matéria foi distribuída para a Comissão de Constituição e Justiça que opinou pela sua constitucionalidade e legalidade e por sua aprovação e agora, encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, que deve dar parecer quanto à adequação financeira e orçamentária.

II - Voto do Relator

O projeto em exame visa a instituir o Fundo de Justiça. Cumpre registrar que o impacto orçamentário e financeiro já está embutido no conjunto de normas orçamentárias aprovadas e em vigor, não incorrendo, portanto, na hipótese de aumento, diminuição ou renúncia de receita, nem mesmo de incremento de gastos.

Nos termos da declaração apresentada pelo próprio Chefe do Poder Judiciário do Estado do Paraná, por tratar-se de cumprir o processo de estatização das serventias do foro judicial, a criação do Fundo está compatível ao estabelecido no Plano-Plurianual - PPA 2008-2001.

Quanto ao mérito, resta-nos declarar nossa plena concordância com o projeto que visa implementar a estatização, ainda que progressiva, das serventias do foro judicial no estado do Paraná.

Diante do exposto, votamos pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 325/08 e no mérito, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELTON WELTER - Relator

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Estadual nº 12216, de 15/07/98, que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CF.**

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 326/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, de autoria do Tribunal de Justiça, ao propor a alteração em tela, tem como objetivo redistribuir o destino da receita proveniente do FUNREJUS em razão da criação do Fundo de Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a ser implementado pelo Projeto de Lei nº 325/08.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do mesmo em face da lei supracitada, visto que não implica em dispendio ao erário estadual em razão da pretendida redistri-

buição já estar contemplada no orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO
PROJETO DE LEI Nº 326/08

Art. 1º Inclua-se onde couber a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 326/08, com o seguinte texto:

“Art... Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos para a Unidade Orçamentária 4960 Fundo Penitenciário - FUPEN, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, a dotação orçamentária de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no orçamento de 2009, com recursos do Tesouro Geral do Estado, a serem repassados, mensalmente, no valor de 1/12 do constante na Lei Orçamentária, diretamente para a conta bancária exclusiva do FUPEN.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/08/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Péricles de Mello, Elton Welter, Carlos Simões e Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

A principal fonte de receita do Fundo Penitenciário é constituída pela parcela de 48% da Taxa Judiciária, nos termos contido no parágrafo 1º do artigo 3º da Lei Estadual 12216/98, e correspondeu ao valor de R\$ 4.687.000,00 (quatro milhões, seiscentos e oitenta e sete mil reais) arrecadado em 2007.

Pelo anteprojeto de lei enviado pelo Ofício nº 570/08, do Exmo. Desembargador-Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, propõe-se alteração da Lei 12216/98, cancelando a destinação de 48% da Taxa Judiciária para o Fundo Penitenciário.

Tal medida afetará diretamente as condições orçamentário-financeiras do FUPEN, uma vez que essa fonte de receita representou 55% da totalidade dos recursos arrecadados no exercício de 2007, e comprometerá, de forma expressiva, a capacidade do Fundo em alocar recursos para o desenvolvimento de projetos objetivando a assistência dos reclusos, detentos, internos e seus familiares, e egressos de estabelecimentos penais do estado do Paraná.

Da arrecadação que tem o Fundo Penitenciário, derivam-se recursos para compra de uniformes, kits de

higiene, pagamento de serviço dos presos, desenvolvidos nos canteiros de trabalho, matéria-prima para esses canteiros, pagamento de passagens, cursos profissionalizantes, serviço funerário, aquisição de colchões, equipamentos para lavanderia, equipamentos para a área de Saúde, materiais escolares, construção de setor de Educação e setor de Saúde.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

O projeto volta a CCJ para ser votado amanhã e volta à Sessão Plenária na Sessão de amanhã.

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 303/08, de autoria do Deputado Enio Verri, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/08, de 08/07/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 303/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Enio Verri, declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Vôlei de Praia, com sede e foro no município de Maringá, estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, a Associação que se pretende declarar de utilidade pública também é designada pela sigla AMVP, consoante o respectivo Estatuto Social. Desta forma sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da Emenda Aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 17/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 303/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se

necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Maringaense de Vôlei de Praia - AMVP, com sede e foro em Maringá, estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 17/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 539/08, que cria 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto na Comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 324/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto, de provimento efetivo, na Comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final passam a integrar o Anexo II, Tabela 2, e os Anexos V e IX, tabela I da referida Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, observado o disposto no artigo 302 da citada lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a alteração da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus anexos, visando a criação de 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto para a Comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final.

A população estimada pelo IBGE, em abril de 2007, para a Comarca de Foz do Iguaçu é de 330.888 habitantes.

Em dezembro de 2007, o número de processos em andamento, na jurisdição da Comarca de Foz do Iguaçu, atingiu a um total de 62.253, conforme Boletim Mensal

de Movimento Forense da Corregedoria Geral da Justiça, enquanto que, ao longo do exercício de 2007, foram distribuídas 32.175 novas ações na Comarca.

É necessária a manutenção de Juiz de Direito Substituto em concomitância com os Juizes de Direito titulares das 12 (doze) Varas (Criminal, Cível, Família, Infância e Juventude e Execuções Penais), pois atuam na jurisdição dos Juizes titulares quando se afastam de suas funções para tratamento de saúde ou para usufruir férias.

O anteprojeto de lei contou com a aprovação do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 11/07/08.

A criação dos referidos cargos modifica o Anexo II, Tabela 2, e os Anexos V e IX, Tabela 1, da referida lei.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 543.936,00 (quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, conforme estipulado pela Lei Complementar nº 101/00 - LRF.

Em 2007, o total de pessoal situou-se em 3,72% (três vírgula setenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa anual de R\$ 543.936,00 correrá à conta da dotação orçamentária, 3.1.90.11.01 - Subsídios - Magistratura, cujo valor total de R\$ 171.947.740,00 (cento e setenta e um milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta reais) está previsto no Orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07 - LOA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que cria 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto, para a Comarca de Foz do Iguaçu, Entrância Final, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 22/07/08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03 Seções Judiciárias - Anexo II - Tabela 2						
Seções Judiciárias	Comarca Sede	Comarca/Vara	Entrância	Juiz Substituto	Juiz de Direito Substituto	Total
5ª	FOZ DO IGUAÇU	1ª a 4ª Varas Cíveis; 1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial; 2ª Vara de Família e Acidentes de Trabalho e 1º e 2º Juizados Especiais Cíveis	Final		2	2
6ª	FOZ DO IGUAÇU	1ª a 4ª Varas Criminais; Vara da Infância e da Juventude; Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios e Juizado Especial Criminal	Final		2	2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03 Magistratura Estadual - Anexo V								
Comarcas/ Foro	Entrância	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
Foz do Iguaçu ...	Final			12	3	4		19

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03 Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX Cargos da Magistratura Estadual - Tabela 1							
Comarcas/Foro	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
Foz do Iguaçu ...			2	1	3		6

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 324/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva criar 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto, na comarca de Foz do Iguaçu - entrância final, alterando, para tanto, a Lei nº 14277/03 - Código de Organização e Divisão Judiciária.

Fundamentação

Quando se trata de alteração legislativa, verificamos, inicialmente, qual é a competência para legislar. No referido caso, observamos que conforme preceitos da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça tem tal prerrogativa para legislar, conforme determina a Constituição Federal, em seu artigo 96 a saber:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observando o disposto no artigo 169:

(...)

d) a alteração e organização judiciárias;

No mesmo sentido dispõe a Constituição Estadual:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2º, I da Constituição Federal; (grifos nossos)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Assim, tendo em vista que o Tribunal de Justiça possui competência para dispor sobre a organização e divisão judiciária, bem como para extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários, somos pela constitucionalidade do projeto em tela, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Além disso, devemos observar a Lei Complementar nº 101/00, que exige que o projeto que acarreta aumento da despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o dispositivo nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifos nossos)

Constatamos que o projeto em análise atende aos requisitos do artigo supracitado. Isto porque traz, em sua justificativa e na planilha em anexo, a estimativa de que trata o inciso I do artigo 16, além de trazer em anexo ao projeto a declaração de que trata o inciso II do mesmo artigo.

Cabe observar ainda que o projeto em tela não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Diante de todo o exposto, não há qualquer impedimento legal ou constitucional que possa obstar o seguimento do presente projeto, razão pela qual encontra

amparo jurídico perfeito e, portanto, somos pela aprovação da presente proposta legislativa.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 324/08

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 324/08, em análise, de autoria do Poder Judiciário, cria 2 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto na comarca de Foz do Iguaçu, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14277 de 30/12/03.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que se trata de medida de relevante importância para o desenvolvimento dos trabalhos do Poder Judiciário na comarca Foz do Iguaçu, na medida em que, no eventual afastamento dos Juizes titulares, para tratamento de saúde ou fruição de férias, atuarão os substitutos em sua jurisdição, evitando assim a paralisação do trâmite de processos.

O Poder Judiciário, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), anexa ao projeto estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração de que as despesas decorrentes da iniciativa apresentam adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Poder Judiciário.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05/08/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, os dois projetos que foram adiados, a pedido do Deputado Romanelli, 325 e 326 que voltarão amanhã, nós fizemos algumas solicitações de informações. Como não vamos votar hoje, talvez amanhã, o Desembargador Noronha já havia colocado, talvez não seja nem possível responder protocolarmente conforme havia nos informado na semana passada.

Então, amanhã devemos encaminhar a V. Exa. os pedidos de informações para que, se aprovados aqui na Assembléia, possam ser encaminhados ao Tribunal de Justiça para que possamos ter as respostas, conforme o combinado na CCJ.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2103 a 2105, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2106 a 2124, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2126, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2129 a 2134, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2136, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2095, de autoria do Deputado Elio Rusch, com apoio dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente da Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/08.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 316/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 303, 324, 325 e 326/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 341 e 342/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados:

Artagão Júnior, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - Aprovada, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 286/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia a todos os Deputados presentes. O Sr. Presidente Caíto Quintana passa a presidência ao Sr. Deputado Durval Amaral. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 325/08 e 326/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Carlos Simões e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como cópia a todos os Deputados presentes; 03) Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Carlos Simões e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Sr. Presidente, bem como cópia a todos os Deputados presentes. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto Parcial nº 053/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Proposição Veto Parcial nº 053/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos projetos de lei que tem por objetivo a declaração de entidades como entidades de utilidade pública. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 273/08, de autoria do Deputado Enio Verri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 285/08, de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 303/08, de autoria do Deputado Enio Verri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 305/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 316/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 318/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de

Lei nº 319/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. O Sr. Presidente convoca reunião extraordinária para o dia de amanhã e informa a presença do Sr. Desembargador Antonio Lopes de Noronha para explanação acerca dos projetos de lei de autoria do Tribunal de Justiça. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença

dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Dr. Batista, Elio Rusch e Ricas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, que teve por objetivo a oitiva do Sr. Desembargador Antonio Lopes de Noronha, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acerca dos projetos de lei encaminhados a esta Casa de Leis pelo Poder Judiciário. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 325/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 326/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
Ana Andretta - Secretária

